

# SOCIOLOGIA POLÍTICA DA GUERRA CAMPONESA DE CANUDOS

Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST



Clóvis Moura

**SOCIOLOGIA POLÍTICA DA GUERRA  
CAMPONESA DE CANUDOS**

Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST

**EDITORA  
EXPRESSÃO POPULAR**

Copyright © 2000, by Editora Expressão Popular

Projeto gráfico, Capa e diagramação  
*ZAP Design*

Foto da Capa

*Ilustração: montagem tendo como fundo foto de Sebastião Salgado –  
manifestação dos camponeses em comemoração à conquista da Fazenda  
Cuiabá no sertão do Xingó, Sergipe, 1996.*

Impressão e acabamento  
*Cromosete Gráfica e Editora*

ISBN 85-87394-06-1

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada  
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: Maio de 2000

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR  
Rua Bernardo da Veiga, 14  
CEP 01252-020 - São Paulo-SP  
Fone/Fax: (11) 262.4921  
e-mail: editorapopular@cidadanet.org.br

# Sumário

Apresentação .....	11
1. Sociologia política da guerra camponesa de Canudos .....	21
2. Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe .....	63
3. De Canudos ao Movimento Sem Terra: novas perspectivas para a revolução agrária no Brasil? .....	79
4. Depois do massacre de Canudos os camponeses se rearticulam e lutam .....	107
5. A Fênix renascida? – O Movimento Sem Terra .....	125



*A libertação econômica, política, militar, de um povo do terceiro mundo, a renascença de sua identidade cultural singular só pode se concretizar pela ruptura radical com a cultura alógena dominante. Ou bem um povo do terceiro mundo consegue conservar, ressuscitar, reinterpretar, transformar sua cultura ancestral autóctone, ou ele desaparece como sujeito autônomo da história.*

Jean Ziegler – A vitória dos vencidos.

*“Toda história é remorso”*

Carlos Drummond de Andrade.





Para

Haroldo Lima e Mário Maestri,  
*fanáticos* defensores dos heróis de Canudos.

À memória de Paulo Fontelles,  
assassinado na luta pela revolução camponesa  
no Brasil.

E para Jean Ziegler, lembrança fraterna.



## Apresentação

Quando em 1959, em São Paulo, aos 34 anos, o jornalista, cientista social e militante do Partido Comunista Brasileiro, Clovis Moura, publicou seu primeiro livro, *Rebeliões da senzala*, registrou-se um novo marco na interpretação da história do Brasil. Contrariando todo o pensamento da época, mesmo o de seu companheiro de militância Caio Prado Júnior, o jovem estreante defendia desde então que, durante o período dominado pelo modo de produção escravista em nosso país, o eixo fundamental da luta de classes se concentrou entre os senhores brancos e os escravos negros.

Tanto os intelectuais do PC, como as universidades brasileiras resistiram à sua tese, que no entanto irá encontrar repercussão nos Estados Unidos.

Para Moura, o problema é que os PCs – não apenas brasileiros, mas os latino-americanos em geral – até o presente têm dificuldade em entender a questão raça/classe que envolveu e envolve a problemática dos africanos trazidos à força para as Américas durante o período colonial. De acordo com ele, quando o negro era trazido para o novo continente, ele já vinha marcado, enquadrado numa classe: a de escravo. O não entendimento disto faz com que o papel do negro escravo e em seguida o do ex-escravo permaneça uma categoria não muito definida. Foi também nesse contexto que, afirma Moura, se criou o racismo, que não atinge apenas as elites.

Para ilustrar as dificuldades dos PCs frente à questão, o autor de *Rebeliões da senzala* conta que, durante o processo constituinte pós-Estado Novo, o deputado Hamilton Nogueira (UDN) apresentou projeto contra o racismo

a ser incluído na nova Constituição. No entanto, a bancada do PCB vota contra o projeto, sob o argumento de que no Brasil não existe luta de raças, mas de classes (!).

De qualquer modo, além de *Rebeliões na senzala* ter se tornado base para cursos e estudos nos EUA e ser considerado um clássico na China (onde foi traduzido), hoje, no Brasil, em sua quarta edição, é referência obrigatória para estudiosos que rediscutem o tema.

Mas o escravismo e a questão negra constituem apenas um dos quatro vieses da obra deste piauiense de Amarante, Clovis Steiger de Assis Moura, nascido em 10 de junho de 1925, e que tem entre seus antepassados um barão do império da Prússia (Ferdinando von Steiger, seu bisavô pelo lado materno) e, pelo lado paterno, a bisavó Carlota, a escrava negra de um português – seu bisavô. Os outros três vieses do seu trabalho se constituem pelo estudo dos movimentos camponeses no Brasil; pelos ensaios e investigações teóricos e, por fim, sua obra poética.

Com 24 títulos publicados, o autor acaba de concluir seu *Dicionário da escravidão negra*

*no Brasil*, que será lançado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Tem pronto também seu sexto volume de poemas, *Duelos com o infinito*.

O livro que ora apresentamos, faz parte de seus estudos sobre as lutas no campo brasileiro, texto inédito cedido por Clovis (incluindo direitos autorais) para a Editora Expressão Popular. Aqui, além de importante reflexão teórica sobre a natureza e caráter político dos movimentos sociais em geral, e em particular dos movimentos camponeses, o leitor encontrará os elos históricos que nos fazem entender a Guerra Canudos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST, como parte de uma mesma cadeia de resistência ao monopólio da propriedade da terra em nosso país – um dos pontos cruciais de nosso atraso econômico e social. O comportamento das elites de antanho e do presente são, por sua vez, provas cabais da permanência da ignorância, reacionarismo e truculência das forças que desde sempre vêm dirigindo os destinos da Nação.

É isto enfim que nos ensina Clovis Moura que desde após o levante de Natal em 1935 (onde morava), ainda pré adolescente, passa a simpatizar com as idéias de esquerda, vindo por fim encontrar o Partido Comunista somente em 1946, no interior da Bahia (Juazeiro) ao qual se ligará, militando naquele estado até 1949, quando se transfere para São Paulo, passando a atuar na Frente Cultural, organismo que reunia Caio Prado, Villanova Artigas, Artur Neves e outros importantes intelectuais comunistas.

Alipio Freire  
São Paulo, maio de 2000





## A obra de Clovis Moura

1959 – *Rebeliões da senzala*, Ed. Zumbi-SP.  
Reedições: 1972, Ed. Conquista- RJ; Ed. Ciência  
Humanas-SP, e 1988, Ed. Mercado Aberto-RS.

1961 – *Espantelho na feira* (poesia), Ed. Fulgor-SP

1964 – *Argila da memória* (poesia), Ed. Fulgor-  
SP. Reedição, Ed. Corisco-PI.

1964 – *Introdução ao pensamento de Euclides da  
Cunha*, Ed. Civilização Brasileira-RJ.

1964 – *Âncora do Planalto* (poesia), Ed. do Brasil-  
SP.

1976 – *O preconceito de cor na literatura de cordel*, Ed. Resenha Universitária-SP.

1976 – *Sociologia de la Praxis*, Editorial Siglo XXI, México.

1977 – *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, Ed. Conquista-RJ.

1977 – *Manequins corcundas* (poesia), Ed. Ila Palma, S. Paulo-Palermo.

1978 – *A sociologia posta em questão*, Ed. Ciências Humanas-SP.

1979 – *Sacco e Vanzetti – o protesto brasileiro*, Ed. Brasil-Debate-SP.

1979 – *Diário da guerrilha do Araguaia* (apresentação), Ed. Alfa-Ômega-SP.

1981 – *Os quilombos e a rebelião negra*, Ed. Brasiliense-SP – 8ª edição, 1994.

1983 – *Brasil: raízes do protesto negro*, Ed. Global-SP.

- 1984 – *A imprensa negra*, Imprensa Oficial-SP.
- 1987 – *Quilombos: resistência ao escravismo*, Ed. Ática-SP – 3ª edição, 1993.
- 1987 – *História de João da Silva* (poesia), Ed. Corisco-PI.
- 1987 – *Da insurgência negra ao escravismo tardio* (Separata de Estudos Econômicos) FEA/USP.
- 1988 – *Sociologia do negro brasileiro*, Ed. Ática-SP.
- 1989 – *História do negro brasileiro*, Ed. Ática-SP – 2ª edição, 1992.
- 1990 – *As injustiças de Clio – o negro na historiografia brasileira*, Ed. Oficina de livros-MG.
- 1994 – *Dialética radical do Brasil negro*, Ed. Anita-SP.
- 1995 – *Flauta de argila* (poesia), Ed. Mons. Chaves-PI.
- 1997 – *Bahia de todos os homens*, Ed. BDA-BA.



## Capítulo I

# Sociologia política da guerra camponesa de Canudos

### Introdução

Cem anos depois da destruição de Canudos e a morte dos seus defensores, há a necessidade de se resgatar da penumbra em que esteve até hoje o seu significado político. Movimento social dos mais significativos, é visto ainda ou através de uma manifestação de religiosidade popular, ou como um simples episódio de misticismo no qual as populações sertanejas expressaram os seus sentimentos de fanatismo religioso. O máximo que se costuma destacar nele é a manifestação de heroísmo dos seus habitantes, os quais lutaram abnegadamente até o último homem na defesa de um “falso direito” na expressão de Rui Barbosa.

O seu conteúdo de protesto organizado na direção de reordenar as relações sociais no campo, expresso através de véus ideológicos possíveis e compatíveis com a época e as circunstâncias é muitas vezes escamoteado e ressaltada a forma messiânica através da qual ele se expressou. No entanto, Canudos é um dos movimentos sociais mais importantes da América do Sul e culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem no Pará e do Contestado em Santa Catarina-Paraná. O seu conteúdo social e por isto também político não tem sido devidamente avaliado. A guerra liderada por Antônio Conselheiro é o reflexo eloqüente e ao mesmo tempo incompleto (pelo suporte ideológico religioso em que se apoiou) das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais (no nível das relações de produção) do nosso setor agrário. Eclodiu em plena zona agropecuária dos grandes latifúndios do interior da Bahia e a violência dos combates travados entre os chamados *fanáticos* e as tropas do Exército bem reflete o grau de antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada da época...<sup>1</sup>.

É verdade, sabemos, que muita tinta já foi gasta para estudar-se esse movimento como sendo de fanáticos, messiânico, religioso, místico e mesmo pré-político, mas nunca, ou quase nunca, como sendo um protesto radical da massa camponesa por

melhores condições sociais. Com isto, exclui-se o movimento de Canudos do nosso processo emergente de transformação social, de mudança social e de protesto social colocando-o, por isto, como atípico, marginal e divergente daquilo que seria a nossa evolução histórico-social *normal*. Daí procurarem enquadrar o seu principal líder como pessoa exótica, louca, delinqüente ou dominado por complexos patológicos. E, por outro lado, a massa camponesa que o seguia como composta de ignorantes, fanáticos e possuídos de fantasias alucinatórias. Esses estudiosos destacam este lado constantemente, obscurecendo o estudo objetivo das causas pelas quais a massa camponesa seguiu o seu líder, organizou-se e depois pegou em armas com tanta obstinação, dando um exemplo de heroísmo como encontramos poucos na história contemporânea. Mas isto só será corretamente compreendido se atentarmos nos fatos objetivos, no comportamento social dos seus membros, na sua criatividade construtiva e não nos preconceitos ideológicos daqueles que o estudaram.

Desmoralizado demais o viés racista que apontava Antônio Conselheiro como um mestiço – de fato, no seu registro de nascimento ele é tido como *pardo* – e, por isto, como um desequilibrado, com os desequilíbrios que a mestiçagem proporciona e os camponeses que o seguiam como sendo possuídos de loucura coletiva, as ciências sociais

tradicionais ideologicamente subordinadas a estereótipos elitistas e preconceitos de classe procuraram outros caminhos “científicos” para explicar a excepcionalidade do movimento e os motivos que determinaram não se poder colocá-lo como um capítulo dos mais importantes da nossa história social e política, mas como simples caso de patologia social<sup>2</sup>.

Surgem então as explicações messiânica, pré-lógica, carismática e finalmente pré-política do movimento. Criou-se um conceito de movimento social no qual somente seriam considerados políticos aqueles que tivessem condições de elaborar um programa de ação e de governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa e que desembocassem, como conclusão, em um projeto liberal. Fora desse caminho não haveria salvação. Os demais seriam formas arcaicas de movimentos sociais, banditismo social, milenarismo, mas todos fora dos padrões normativos e ideológicos que dariam as razões para serem reconhecidos como políticos.

Embora o conceito de movimento pré-político tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista – E. J. Hobsbawm – acreditamos que ele é eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de se analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos seriam excluídos como políticos todos os movimen-



tos do chamado Terceiro Mundo. A luta de Zapata e Pancho Villa no México, a de Sandino, na Nicarágua, o movimento camponês de Pugachov, na Rússia, todos os movimentos de libertação da África Negra como o kinbangista, incluindo-se os Mau Mau e o de Lumumba. Todos seriam englobados genericamente sob o título de milenarismo, salvacionismo ou banditismo social e com isto seria descartada a essência dos mesmos, conservando-se apenas a sua casca exterior, a sua forma, sem, no entanto, decifrar-lhe o seu *conteúdo* político. Marx, no entanto, já nos advertia de que se a forma dos fenômenos fosse idêntica ao seu conteúdo não haveria necessidade da ciência. Em relação aos movimentos sociais dizia, por isto mesmo que “não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo. Não será senão numa ordem de coisas na qual não haja mais classes, que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas”<sup>3</sup>. Achamos, por estas razões que todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar do fato dos seus agentes coletivos não terem total consciência disto. O que vale e determina é o nível de consciência social de cada um e as propostas subseqüentes para a mudança projetada. Mas todos se enquadram (com maior ou menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade.

Ainda na direção de desmascarar o conteúdo ideológico e anti-científico do conceito de pré-político a professora Zilda Márcia Gricoli Iokoi escreve com razão que “ao enfrentar Canudos, o Estado atribuiu ao grupo de Antônio Conselheiro um caráter político, sendo seus membros qualificados de monarquistas e combatidos como se fossem ‘os subversivos da República’. Euclides da Cunha, jornalista do Estado de São Paulo, que após acompanhar todo o movimento escreveria o clássico *Os Sertões*, desqualifica o grupo politicamente, afirmando que se tratava de um bando de miseráveis, famintos e infelizes, que precisavam de reformas sociais. Era a *mea culpa* de um intelectual liberal que percebeu que o projeto político liberal, não podendo absorver os conflitos sociais, preferiu o massacre.

A produção acadêmica sobre o conflito não é diferente. Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O messianismo no Brasil e no mundo*, qualifica o movimento como pré-político. Enfatiza a inexistência de uma dimensão política, de um projeto, como se o movimento não estivesse agindo pela transformação da sociedade. Considera que esses homens se rebelaram e morreram como fanáticos por não compreenderem a realidade. A credice, a ignorância e o fanatismo terminaram levando ao conflito.

Em Canudos não existia efetivamente uma estrutura partidária que aglutinasse o movimento,

muito menos um projeto para o conjunto da nação. Mas tanto na teoria como na prática criou-se uma comunidade de pessoas que elaboraram sua própria definição para a educação, para a moral, para a religiosidade, para o trabalho, para a defesa etc. O que se pode analisar são os limites da utopia, mas não negá-la enquanto proposta política. A questão que se coloca é por que os camponeses tiveram que ser liquidados. Era impossível permitir a organização e a luta que ameaçavam as instituições burguesas em vários níveis, e dessa forma elas precisavam ser eliminadas”<sup>4</sup>.

Por outro lado, o conceito de messianismo tem o defeito básico de ser derivado do método tipológico de inspiração weberiana que define os movimentos sociais e culturais apenas pela forma de que se revestem no nível das idéias (superestruturas) e com isto explica tudo e não explica nada. Isto porque os movimentos que se apresentam da forma messiânica podem ter várias essências e com isto significados sociais diferentes ou mesmo antagônicos. Souza Barros listou vinte e dois movimentos messiânicos e pára-messiânicos incluindo no mesmo plano (messiânicos) o de Canudos e o de Juazeiro. Coloca, desta forma, como idênticos de conteúdo social o movimento de Antônio Conselheiro (Canudos) e o do Padre Cícero (Juazeiro do Norte). No entanto, no seu sentido sociológico preciso os dois não podem ser

equiparados nem pela composição e essência dos seus agentes sociais, nem pelas contradições que procuravam resolver, nem pelas propostas de ação. O primeiro era composto de camponeses pobres que se auto-organizaram para uma vida comunitária autônoma. O segundo tinha uma proposta de controle social da massa camponesa através de uma liderança da classe média a serviço das oligarquias locais<sup>5</sup>.

As propostas sociais e políticas dos dois eram por isto antagônicas. Antônio Conselheiro, através da forma messiânica de comportamento criou uma comunidade camponesa autônoma, enquanto o padre Cícero (também de forma messiânica) inseriu os seus romeiros em uma ordem exploradora, onde os níveis de exploração e níveis de poder continuaram intactos e as relações de produção da região foram consolidadas. Esta diferença foi destacada inclusive por um observador do assunto adepto do Padre Cícero que assim a assinala: “Que seria do sertão se esse homem (Padre Cícero) que exercia irresistível fascinação sobre as multidões do Nordeste, em vez de orientá-las para o Bem se convencesse do seu próprio messianismo e assumisse atitudes agressivas de resistência à ordem e a Lei como Antônio Conselheiro e José Maria no Contestado?”<sup>6</sup>

Como se pode concluir, o problema que os separa é que Antônio Conselheiro estava contra a

ordem latifundiário-oligarquica (embora sem plena consciência disto) e o Padre Cícero ordenava os seus adeptos a seguirem-na, condicionando-os à obediência dos seus valores e interesses. Daí, o conceito de messianismo ter de ser acompanhado de uma análise dialética (estrutural) das relações sociais fundamentais (relações de produção), descobrindo-se, assim, o projeto social que cada um representa no processo de mudança social, as causas que os determinaram e, em conseqüência, a direção que adquiriram no sentido de solucionar os problemas das classes exploradas e/ou excluídas que deles participaram ou colocá-las sob o controle das classes exploradoras. Aí é que o conceito de messianismo – por só analisar a forma – é ambíguo e insuficiente se não for acompanhado pela sua análise dialética. Se isto não for feito, ignora-se o nexos causal que determinou a possibilidade do aparecimento desses movimentos, pois não foram analisados os elementos concretos (estruturais) que os determinaram. Isto é, a dinâmica dos mesmos ficou sendo apresentada através da *aparência*. Vista através de formas de pensamento abstrato desligado da sua base material, como epifenômeno e por isto mesmo historicamente inexplicável.

Até que ponto e em que proporções os seus agentes sociais têm percepção dos mecanismos dinamizadores da mudança já é outro problema e exige um outro nível de análise teórica. Hegel dizia

que a África era um continente sem história. Por iguais razões poderíamos dizer que todos os movimentos sociais do chamado Terceiro Mundo não têm essência política e por isto fogem a lógica da história. Seriam movimentos que refletiriam apenas descontentamentos que surgem para perturbar a harmonia da normalidade. Por outro lado, se assim pensarmos, todos os movimentos insurrecionais dos servos durante a Idade Média contra o feudalismo não teriam conteúdo político em consequência da sua forma de misticismo religioso. No entanto, F. Engels escreveu que a “oposição revolucionária contra o feudalismo manifesta-se através de toda a Idade Média. Segundo circunstâncias aparece como misticismo, heresia aberta ou insurreição armada. No que se refere ao misticismo já se conhece até que ponto os reformadores do século XVI sofreram sua influência. Também Münzer muito lhe deveu”<sup>7</sup>.

Como se pode ver, o conceito de política transcende em muito ao seu aspecto imediato e explícito para abarcar as manifestações mais informais e imanentes da plebe rural a qual, mesmo sem um conceito iluminista do que se pode entender por política, pratica-a no seu desejo de mudança e de aperfeiçoamento das suas instituições, embora sem uma visão conceitual elaborada e requintada. O que Engels afirma sobre os movimentos camponeses da Idade Média pode ser

repetido em relação aos movimentos da plebe camponesa no Brasil.

O que desejamos dizer, finalizando estas considerações introdutórias é que o movimento de Canudos foi um movimento social e por isto mesmo político e que somente se assim o analisarmos e interpretarmos poderemos compreendê-lo cientificamente.

### **A fundação do arraial**

Quando Antônio Conselheiro fundou o arraial de Canudos (Belo Monte), fê-lo decidido a marcar uma nova etapa na luta que vinha liderando. Desde 1874, quando pela primeira vez se tem notícias suas, nas províncias de Bahia e Sergipe até a fundação do arraial em 1893 passaram-se praticamente vinte anos. Durante esse período o peregrino foi preso, perseguido pelo clero e travou uma escaramuça com a polícia. Já havia portanto experimentado a força do Estado contra a sua pessoa e seus seguidores e disto assimilara a experiência. Havia, portanto, no seu pensamento a intenção de fazer uma mudança nas estratégias de sobrevivência para si e para os seus adeptos. Durante esse grande período resolveu estabelecer uma base territorial para o movimento. Percorreu para isto os atuais estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia até chegar à região de Canudos. Isto porque, segundo um dos seus

biógrafos, Abelardo Montenegro, ele previa novas perseguições, depois de haver desbaratado tropas da polícia em Masseté, fato que o deixou marcado pelas autoridades policiais.

A fazenda onde Antônio Conselheiro se instalou com o seu povo era uma área de grande extensão e que se achava abandonada desde 1891. Ficava num entroncamento das estradas de Geremoabo, Uauá, Cambaio, Rosário, Chorrochó e Curral dos Bois. Para Mário Maestri e José Rivair Macedo “sua localização geográfica era típica do sertão. Situada a aproximadamente 270 quilômetros de distância da capital do Estado, distanciado das planícies da região costeira, o povoado era circundado por excepcionais irregularidades do relevo, destacando-se grandes serras e montanhas, como a Serra Grande, a do Atanásio, a de Cambaio, a de Coxomongó, a de Calumbi e a de Aracati. Nas proximidades imediatas do arraial de Belo Monte, estava o Morro da Favela”<sup>8</sup>.

O local era dos mais favoráveis para o início da construção do arraial pois estava protegido por serras pedregosas em cujas vertentes se estendem caatingas. “Para se chegar lá – escreve Abelardo Montenegro – o caminhante teria de atravessar uma zona sem água e sem recursos”<sup>9</sup>. Como ainda diz o mesmo autor “Antônio Conselheiro não se considerava mais o peregrino, o missionário secular, o evangelizador que palmilhara o sertão no



desempenho da missão divina. ‘Julgava-se o Conselheiro’”<sup>10</sup>.

Instalou-se por isto em “lugar bem seguro” como afirma Rui Facó, construindo celeremente o seu reduto defensivo que batizou de Belo Monte e que depois ficaria celebre com o nome de Canudos.

“Havia cinco anos que fora abolida a escravatura negra e quatro de proclamada a República quando chegou a Canudos a gente do Conselheiro. Mas aquelas mudanças na fisionomia política do País, imposta embora por certas modificações na estrutura econômica, em nada melhoraram a sorte dos trabalhadores e muito menos da grande massa do campo submetida pelos senhores latifundiários”, ainda explica Rui Facó<sup>11</sup>.

Correndo a notícia da fundação do arraial, logo para lá se dirigiram pessoas de vários estados do Nordeste como do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e até de São Paulo, todos procurando encontrar melhores perspectivas de vida. Grande massa de camponeses pobres, remediados e mesmo elementos de outras profissões para lá acorreram na ânsia de melhorar o futuro e, ao mesmo tempo em decorrência da fama de que já gozava Antônio Conselheiro na região. Em conseqüência, o arraial cresce rapidamente num ritmo febril que mais se acentua com a chegada incessante de novos peregrinos que se fixam no local. Diz neste sentido

Marco Antônio Villa que “as casas são construídas pelos próprios sertanejos e, apesar das tentativas de Antônio Vilanova de organizar uma ocupação planejada do espaço urbano, o que se vê são construções que se espalham ao longo do Vaza-Barris e pelas encostas à semelhança da maioria das cidades brasileiras da época principalmente durante o último ano de vida da cidade, quando cresceu em ritmo vertiginosos”<sup>12</sup>.

O interior dessas casas retratava a pobreza da economia da região. Euclides da Cunha, possivelmente depois de percorrer algumas durante os intervalos dos combates afirma: “compreende-se que haja povos vivendo, ainda, felizes e rudes nas afrantuosidades fundas das rochas; que o *caraiiba*, ferocíssimo e aventureiro se agasalhe bem nas *tubanas* de paredes feitas de sebes entrelaçadas de trepadeiras agrestes e tetos de folhas de palmeiras ou caucásios nas suas *burkas* cobertas de couro – mas não se compreende a vida dentro dessas furnas escuras e sem ar, tendo por única abertura, às vezes, a porta estreita da entrada e cobertos por um teto maciço e impenetrável de argila sobre folhas de icó”. A mobília é assim descrita por ele: “um banco grande e grosseiro (uma tábua sobre quatro pés não torneados): dois ou três banquinhos; redes de *cruá*; dois ou três baús de cedro de três palmos sobre dois. E toda a mobília. Não há camas; não há mesas, de modo geral”<sup>13</sup>.

O arraial assim construído tinha um centro comercial, uma escola e obviamente uma igreja, além do templo novo que nunca foi terminado, servindo de fortaleza defensiva na última fase da invasão.

Como diz ainda Marco Antônio Villa, “apesar da importância econômica, como centro criador de gado, e política, como um dos maiores núcleos comerciais do interior, o poder público nunca se importou por Canudos. O governo estadual não oficializou o município, não designou delegado, juiz e outras autoridades. A criação de uma escola foi uma iniciativa da comunidade. A professora Maria Francisca de Vasconcelos, de 26 anos, que tinha cursado a Escola Normal de Salvador, se estabelece em Canudos. Sua importância social pode ser medida pela, designação da rua em que morava: a rua da professora”<sup>14</sup>.

Com o passar do tempo essas relações comunitárias vão ficando mais complexas. Há uma nova divisão de poderes internamente e Antônio Conselheiro passa a exercer principalmente as funções religiosas, embora a religião nesse contexto desempenhasse um papel político muito acentuado como bloco de poder. A gestão pública passa a ser dividida, ficando nas mãos de outros líderes: João Abade, Pajeú, Joaquim Macambira, Antônio Vilanova e outros.

João Abade ao que tudo indica, ficou responsável pela segurança do arraial, pois frei

Evangelista de Monte Marciano que esteve em Canudos em 1895 em uma *santa missão* de espionagem diz que ele era tratado pelos seus habitantes de *chefe do povo* e *comandante do povo*. Chefiava também a Guarda Católica ou Companhia do Bom Jesus, organização armada que era responsável pela segurança de Antônio Conselheiro e por ordem no arraial. José Calasans informa neste sentido que ele já se tornara pessoa destacada do movimento antes da chegada a Canudos. Dirigira em maio de 1893 o primeiro choque dos jagunços com soldados da polícia baiana. Nascera no sertão, vila de Tucano, Bahia. “Descendia de boa família do Pé da Serra, informou José Aras, no seu livro *Sangue de Irmãos*. Antônio Cerqueira Galo, em carta ao Barão de Geremoabo, chefe político do Nordeste baiano, garantiu que o ‘chefe do povo’ era de Tucano. (...) Frei João Evangelista, no dia da sua malograda Santa Missão em Canudos, viu com os próprios olhos a capacidade aliciadora do sertanejo de Tucano. João Abade, usando um apito, convocava gente canudense, fazendo e desfazendo, lançando contra os capuchinhos da Piedade o povão do Belo Monte. (...) Somente a morte iria afastá-lo da chefia indiscutível dos fanatizados homens do Bom Jesus Conselheiro. (...) Foi atingido por um estilhaço no patamar de uma das igrejas, ao cruzar a praça na direção do Santuário, morada do Conselheiro”<sup>15</sup>.

Quanto a Pajeú, o mesmo autor informa que era “um eficiente chefe de guerrilhas. Manuel Benício consignou a seu respeito: ‘Negro, ex-soldado de linha, enxotado e perseguido pela polícia de Baixa Verde, em Pernambuco, por ocasião do motim de Antônio Diretor, onde cometera diversos crimes’. José Aras fala de sua condição de soldado, desertor, por crime, da polícia de Pernambuco. Natural de Riacho do Navio, lugar chamado Pajeú, donde o apelido. (...) Soldado de linha ou de polícia. Pajeú teria alguma vivência militar, aproveitada nas guerrilhas de Canudos. Pelo que se disse a seu respeito, o negro pernambucano era ardiloso, bom de tocaia. Conforme o repórter do *Estado de São Paulo*, Pajeú morrera em julho notícia que se choca com outras informações a respeito do seu fim. Percebe-se que viveu além do citado mês. Em setembro, Lelis Piedade declarou que parecia sem fundamento a notícia de sua morte”<sup>16</sup>.

Joaquim Macambira era mais administrador que soldado. Para José Calasans ele “desempenhou papel saliente na comunidade por ser homem de bem, um negociante acreditado, que mantinha relações comerciais com os seus colegas das localidades próximas, amigo do coronel João Evangelista Pereira de Melo, abastado proprietário em Juazeiro, a quem encomendou o tabuado para a igreja nova de Canudos, ponto de partida da

guerra sertaneja. Era o mais prestigioso dos adeptos de Antônio Conselheiro fora do arraial. Faleceu durante a guerra.

Antônio Vilanova era um dos mais influentes membros da comunidade. Na hierarquia vinha logo abaixo do Conselheiro. Negociante capaz, dirigia a economia e a política. Resolvia pendências locais, fazendo às vezes de juiz de paz.

Se esta era a organização política e administrativa, do ponto de vista econômico-financeiro havia um sistema de circulação monetária eficiente e plenamente satisfatório aos objetivos da comunidade. “O dinheiro não circulava em Canudos, e o existente era mantido em um cofre sob a responsabilidade de Antônio Vilanova que, para intercâmbio interno, emitia um vale. Com o passar dos anos, esse vale era também aceito nas cidades vizinhas, revelando não só a carência do meio circulante como também sua importância local e para a região circunvizinha. “É uma falácia afirmar que em Canudos só circulava dinheiro monárquico e que Antônio Conselheiro não tocava em dinheiro republicano: ele não pegava em dinheiro de nenhuma espécie”<sup>17</sup>.

Através dessa dinâmica demográfica e organização sócio-política, Canudos de simples fazenda que fora constituía agora um arraial. Havia crescido também o seu espaço físico graças a invasão de terras vizinhas abandonadas. Transformara-se em

ativo centro de comércio. Os comerciantes de Monte Santo e Cumbe, Uauá e outras localidades vizinhas, segundo informações de Honório Vilanova tinham inveja de Canudos, porque os comerciantes do arraial não pagavam impostos e prosperavam. Ainda Abelardo Montenegro afirma que “havia gado para o açougue. Os paióis continham provisões. As roças estavam plantadas. Enquanto isto a influência de Antônio Conselheiro se estendia pelos sertões, aumentando, por isso, o temor dos fazendeiros e das autoridades”<sup>18</sup>.

Mas, a carne que estava no açougue tinha uma procedência: decorria de uma atividade pecuária intensa e da racionalização de sua distribuição. Além da carne para a alimentação dos seus habitantes, criou-se uma indústria de couro que dava para ser largamente exportada. Os curtumes localizavam-se às margens do rio Vaza-Barris, ao lado das roças de legumes, cana-de-açúcar, batata, feijão, mandioca, melancia que eram cultivadas nas terras que os sertanejos recebiam de Antônio Vilanova quando chegavam ao arraial. Havia também atividade metalúrgica fabricando-se no arraial machados, facas, foices para serem usadas nas atividades agrícolas e possivelmente militares. Fabricavam também a pólvora com o salitre local, o enxofre próximo do São Francisco e relativamente próximo a Canudos e a galena argentífera do Assuruá.

Desenvolvia-se, assim, uma economia comunitária e alternativa auto-suficiente bem superior nas suas relações sociais e na distribuição da sua produção aquela latifundiária baseada na exploração camponesa do resto da região. Daí o ódio e o temor dos fazendeiros e das autoridades ao seu crescimento e ao nome do seu líder Antônio Conselheiro.

Para o latifúndio Canudos era um exemplo desafiador e perigoso.

### **Prepara-se a defesa**

Para garantir a integridade territorial do arraial e manter a organização interna de Canudos, foram criados mecanismos administrativos e militares. Antes das invasões das tropas republicanas, a sua mais importante organização militar era incontestavelmente a Guarda Católica, comandada por João Abade, composta de setecentos ou mil homens. Era, um corpo remunerado, mantido pelo próprio Conselheiro com recursos angariados entre os fiéis. Essa guarda também era conhecida por Companhia do Bom Jesus e foi criada com fins defensivos pois, segundo o próprio frei Marciano ao interpelar o Conselheiro porque tanta gente armada em Canudos, ele lhe respondeu: “É para a minha defesa que tenho comigo esses homens armados, porque V. revma. há de saber que a polícia atacou-me no lugar chamado Masseté, onde houve mortos de um e do



outro lado”. Esses membros da Companhia do Bom Jesus, segundo o mesmo frei Marciano era composta “de mil homens e se vestiam de camisa, calça e blusa azulão, gorro azul à cabeça, alpercatas aos pés”<sup>19</sup>.

Durante a paz esse efetivo militar permanecia no arraial. Com o início das hostilidades, houve necessidade de se distribuir esses comandados de João Abade para as missões de vanguarda em Uauá, Serra do Cambaio, Cocorobó, Umburanas e outras localidades ou pontos avançados móveis. Piquetes foram colocados em pontos estratégicos e entregues a chefia de lutadores corajosos, alguns com experiência da luta armada, de guerrilhas. Ficaram conhecidos como *comandantes de piquetes*, tendo Euclides da Cunha recolhido alguns dos seus nomes e postos avançados.

Esses piquetes eram compostos de, em média, vinte homens. Para Cocorobó e caminho de Uauá foram designados os irmãos Mota (ou Mata), sendo que João, caboclo moço, movimentou-se nesses dois pontos e Chiquinho de Maria Antônia parece ter andado também em Canabrava. O negro Estevão, com fama de malvado segundo José Calasans, tomou conta da estrada do Cambaio, onde se distinguira anteriormente, por ocasião da expedição Febrônio de Brito e o guerrilheiro João Grande, chefe de caboclos de Rodelas. Gozava a fama de bom jogador de facão, morreu despedaçado por uma granada<sup>20</sup>.

Após a segunda expedição, no entanto, a luta se transformou em guerra de todo o povo, não se distinguindo mais os seus habitantes em ativos e passivos. Todos dela participavam, dependendo das circunstâncias. Neste nível de participação vamos encontrar até velhos, mulheres e crianças. Canudos transformou-se em uma imensa fortaleza. As mulheres deram exemplo de combatividade, abnegação e heroísmo. A maioria preferia a morte a deixar-se aprisionar, e mesmo quando prisioneiras adquiriam uma atitude de altivez tão desafiadora que terminavam sendo degoladas sumariamente pelos soldados do Exército.

Macedo Soares escreve neste sentido que “as mulheres uivavam de cólera, animando os maridos e irmãos, limpando as armas e preparando-lhes a parca refeição”. Como diz ainda o mesmo autor, “todos entre eles que podiam empunhar uma arma combatiam. Até os meninos auxiliavam-nos”<sup>21</sup>.

A trajetória do arraial foi pontuada por duas etapas significativas. A primeira foi a da sua fundação, construção e desenvolvimento, quando se criou o espaço urbano no qual a sua população estabeleceu-se, produziu e elaborou uma comunidade apropriada a vencer as vicissitudes do meio e manter a harmonia social entre os seus membros; a segunda foi a de se preparar para o pior, estabelecer a sua estratégia de resistência e organizar-se para a luta em defesa do patrimônio

construído cultural e socialmente. O epílogo foi a sua destruição total depois de resistir heroicamente a três expedições enviadas contra o arraial.

### **Guerra nacional: Canudos ameaça a Pátria**

Diante do fracasso da terceira expedição, os brios do Exército são desafiados e inicia-se uma verdadeira mobilização militar, política, cultural e ideológica contra os canudenses. É como se estivéssemos em guerra com uma grande potência inimiga. A recém-fundada República sentia-se abalada nos seus alicerces e o seu maior inimigo, aquele que mais ameaças apresentava a sua estabilidade eram os camponeses de Canudos.

A *montagem* desse perigo é habilmente administrada por todos aqueles que tiravam partido com a escolha de um *bode expiatório* para o qual todas as contradições e desajustes da República seriam dirigidas. Até auxílio de forças estrangeiras foram descobrir ajudando impatrioticamente os conselheiristas naquilo que caracterizaria em uma traição à pátria.

De fato, o que acontecera era incompreensível para a mentalidade do Poder da época. Os camponeses de Canudos haviam derrotado tropas comandadas a princípio por um tenente, depois por um major e finalmente por um coronel reputado como representativo da elite do Exército Nacional. Com a derrota e morte de Moreira Cesar

houve uma *síndrome do medo* a qual se exteriorizou no discurso *restaurador*: Canudos nada mais era do que um foco de monarquistas que desejavam fazer voltar o antigo regime. A República recém-proclamada estava sendo desafiada. E as vitórias militares dos canudenses punham-na em perigo. Urgia, portanto, uma resposta à altura. Com este discurso, todas as possíveis restrições à guerra de Canudos foram psicologicamente neutralizadas e a opinião pública se uniu diante de um objetivo inadiável: liquidar-se a sua população e o seu líder de forma que o exemplo servisse para todos aqueles que desejassem desestabilizar a República. Um verdadeiro delírio de patriotice tomou conta das classes dominantes, elites de poder, classe média, intelectualidade, políticos, militares, imprensa e oportunistas de toda laia. O objetivo nacional e imediato era destruir o reduto de Antônio Conselheiro. Um monarquista. Gentil de Castro, foi brutalmente assassinado no Rio de Janeiro. Jornais monarquistas foram empastelados. Vivia-se o dia do resgate da honra nacional. Um fantasma percorria a pátria: os monarquistas “restauradores” de Canudos. “As nossas armas estão cobertas de crepe”, dizia o ministro da Guerra e o jornal *O País* noticiava diariamente os acontecimentos sob um título denunciador: “A Catástrofe”. E, de fato, a expedição Moreira Cesar fora exatamente isso.

Os guerrilheiros de Canudos não apenas derrotaram os soldados da poderosa expedição militar, mas, também abateram seu comandante e os melhores oficiais que a compunham, inclusive o coronel Tamarindo que o substituíra. Como diz Rui Facó com propriedade “o aniquilamento completo da força militar tão numerosa para a época e para as circunstâncias, a perda de todas as armas e munições, agora em poder dos camponeses sublevados, criou uma situação de pânico entre as classes dominantes do Brasil inteiro”<sup>22</sup>.

A luta final inicia-se com os conselheiristas já muito mais bem armadas em face da apreensão das armas e munições das outras expedições, especialmente da comandada por Moreira Cesar. Aprenderam também a conviver com a violência. Era uma guerra cujas armas e estratégia não foram escolhidas por eles. Pelo contrário. Os invasores foram aqueles que determinaram as normas de conduta no conflito. E eles ensinaram que se tratava de uma guerra de extermínio e não havia comiseração com o inimigo. Os militares tinham como norma a degola e o suplício dos prisioneiros. A “gravata vermelha” não perdoava nem as mulheres e crianças. Os camponeses somente entraram nela para defender as suas terras e as suas famílias atacadas. Os assaltantes justificavam a violência apenas pelo poder, pela posse e manutenção dos seus privilégios, os privilégios das

oligarquias que representavam e no ódio a tudo aquilo que significasse a legitimação dos direitos dos camponeses. Os canudenses aprenderam a lição. Isto irá explicar as grandes baixas nas fileiras do Exército. Basta dizer que a 4ª expedição ao chegar a Favela tinha perdido 1.200 homens num total de 4.300. No combate de 18 de julho, que as armas legais consideraram uma vitória, dos 3.500 soldados e oficiais lançados ao ataque, mais de mil foram postos fora de combate e o número de oficiais mortos e feridos deixara muitas unidades sem comando. Nesse mesmo dia batalhões de 400 soldados e oficiais ficaram reduzidos a 300 e até à metade. Um batalhão teve seis oficiais mortos e quatro feridos. A ala da cavalaria foi desbaratada e nesse mesmo dia ficaram fora de combate 67 oficiais sendo 27 mortos.

Nessa altura da guerra a violência do oprimido e agredido contrapôs-se a violência do agressor e os camponeses passaram a não fazer mais prisioneiros, mesmo porque não havia mais condições para alimentá-los e alojá-los. Eram por isto executados. E não podia ser de outra forma. Os canudenses lutavam contra tropas infinitamente superiores. A primeira expedição era composta de 100 soldados, a segunda de 600, a terceira de 1.200 e a quarta de cerca de 10 a 12 mil soldados. Venceram as três primeiras e só foram derrotados pela última, depois de infringir enormes baixas ao

inimigo. Canudos demonstrou com o seu heroísmo e sacrifício como os camponeses brasileiros estavam cientes de que não haveria terceira posição naquela guerra. Ou sairiam vencedores ou seriam definitivamente destruídos.

### **Derrota camponesa e terrorismo republicano**

Os grandes proprietários de terras e as estruturas de poder que os representavam saíram vitoriosos. E com eles os *liberais* que deram o golpe de estado republicano inspirados nos postulados da Revolução Francesa embora conservassem a mesma estrutura de poder e pólos de dominação da sociedade escravista. O liberalismo republicano, num pacto com as oligarquias latifundiárias destruíram até o último homem os habitantes de Canudos que ousaram pôr em execução um projeto de sociedade igualitária e de comunitarismo rústico, mas capaz de satisfazer os seus desejos e necessidades<sup>23</sup>.

A vitória sobre Canudos representou a vitória das forças mais arcaicas da sociedade brasileira que se diziam representantes do progresso e da modernidade. Canudos para elas seria o atraso, o fanatismo, a loucura e o antigo. Inverteram os termos da realidade. E comemoraram o massacre como se ele tivesse sido uma festa cívica na qual todos os valores de liberdade, igualdade e fraternidade estivessem representados. Apenas

algumas vozes isoladas de estudantes se fizeram ouvir denunciando o crime, verdadeiro genocídio praticado contra os habitantes de Canudos. Mas, a opinião pública manipulada via-a como um feito patriótico do nosso glorioso Exército. Para os seus autores o fundamental era a preservação da ordem oligarquico-latifundiária (capitalista) que substituíra os privilégios senhoriais da ordem escravista.

Neste episódio, como podemos ver sem muito esforço, o racional e o moderno sociologicamente (no sentido de projetar um tipo de sociedade que satisfizesse as necessidades dos seus membros) estava com os canudenses e a irracionalidade e o atraso estavam com os membros de uma sociedade que embora tecnologicamente mais avançada desenvolvia um modelo (sociedade capitalista) no qual os níveis de exploração do trabalho eram cada vez mais violentos e alienados. A tecnologia, neste caso, servia para desenvolver uma sociedade baseada na exploração e em Canudos, mesmo com o atraso tecnológico que existia, a produção era suficiente para suprir os seus habitantes do necessário e ainda comerciar excedentes, porque a distribuição era feita de forma comunitária. Esta era a contradição entre as duas sociedades que se defrontaram: de um lado Canudos que desenvolvia um tipo de sociedade comunitária e solidária, embora as suas forças produtivas fossem ainda rudimentares e a outra tecnologicamente muito



mais evoluída, mas cujo modelo era a exploração do trabalho da maioria dos seus membros pelos latifundiários. Essa inversão de valores é que não foi ainda analisada devidamente. Daí ter-se dificuldades em apresentar a guerra civil de Canudos como política. Descartar de Canudos o seu conteúdo social e político é esvaziá-lo daquilo que ele tem de mais importante e o motivo que justifica a sua permanência na história. Canudos conseguiu, através de uma ordenação política da sua produção equilibrar as contradições que poderiam existir na distribuição da sua renda interna. Com isto, os seus membros encontravam-se alocados em um universo no qual as suas necessidades materiais e espirituais eram satisfeitas e os pólos de diferenças entre os seus membros (indivíduos e grupos) eram muito pequenos e não chegavam a alterar o equilíbrio social.

Daí essa unidade de comportamento social dos seus membros quando ela foi atacada. Embora envolta em anteparos ideológicos místicos, o que eles defendiam era a comunidade que funcionava como um universo coletivo porque dava praticamente a todos os seus membros o direito às fontes de participação econômica e social.

Surge daí o conceito de “falso direito” atribuído por Rui Barbosa aos cidadãos de Canudos. E também a forma lamentativa usada para chorarem a morte dos seus habitantes, mas sempre ressal-

vando o erro fundamental de terem se deixado iludir por um pregador no mínimo alucinado. Acham que o remédio era necessário, mas a dose pode ter sido excessiva... Não analisam o seu heroísmo como conseqüência da convicção dos canudenses de que a outra sociedade – aquela que se contrapunha à deles – era uma sociedade exploradora e por isto queria implantar através das armas os seus padrões de exploração. Sabiam, também, que o exemplo de Canudos devia ser extinto para que não se propagasse na região, criando centenas de comunidades alternativas como a do Conselheiro, contrapondo-se à ordem latifundiária, exploradora do trabalho camponês e através dessa convicção (possivelmente apenas intuída muitas vezes) resistiram até o último homem.

Mas, para os republicanos o fundamental era a preservação da ordem latifundiária-oligárquica. Rui Barbosa chegou a redigir um discurso denunciando a selvageria da repressão comandada pelo Exército e ordenada pelos políticos do Poder. Dizia ele: “Canudos arasou-se; mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o melhor proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis. Mas não tocastes na miséria que o produziu. A miséria é a ignorância, o estado rudimentário, o abandono moral dessas populações, sem escolas, sem cultura cristã, sem vias férreas, sem comércio com o mundo

civilizado. Os jagunços são as vítimas da situação embrionária de uma sociedade enquistada ainda na rusticidade colonial. A lição não está na exibição atroz de uma cabeça cortada ao corpo exumado de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito, espetáculo oriental, que os nossos sentimentos repelem e que nem o pretexto da curiosidade científica absolve. (...) Supunha-se que esta nação só se compusesse da população híbrida, invertebrada das cidades; mas o deserto revoltado nos fez sentir na medula do leão a substância de que se fazem os povos viris. Mais ainda outra coisa se viu: para debelar um arraial, defendido pelo frenesi de um núcleo decidido a se matarem pela visão de um falso direito, foi mister um exército. Calculem agora quantos exércitos não seriam necessários semear neste país, para lhe impor o cativo, imaginem se há reações militares, que não desapareçam ao sopro do direito popular, quando a nação levantada, tiver consciência, a vontade e a coragem de sua soberania”<sup>24</sup>.

Estas palavras que Rui Barbosa iria pronunciar no Senado ficaram no fundo da gaveta do sagaz político baiano. As razões que o levaram a silenciar não foram reveladas, mas é de se presumir que, ponderando melhor, resolve aderir à avalanche daqueles que viram no genocídio mais um feito brilhante das armas da República<sup>25</sup>.

## **O significado de Canudos**

Canudos não foi apenas uma utopia camponesa, mas, pelo contrário, uma experiência camponesa bem sucedida, cuja evolução posterior não podemos avaliar, mas indicar que ia na direção de uma comunidade igualitária, sem níveis de exploração capazes de transformá-la em uma unidade de exploradores e explorados, isto é, organizar-se pelo modelo capitalista. A sua estrutura interna, a divisão do trabalho entre as diversas camadas que a compunham estavam a demonstrar um tipo de evolução não-capitalista na sua trajetória. Se isto iria continuar por muito tempo, somente sua trajetória posterior poderia dizer. Mas a sua evolução foi brutalmente fraturada pela violência e essa experiência social e política transformou-se em tragédia<sup>26</sup>.

Havia também a possibilidade da experiência de Canudos servir de modelo a outras comunidades camponesas que estavam se formando e como resultado termos um conjunto de comunas camponesas que poderiam influir, já naquele tempo, na solução da questão agrária no Brasil, até hoje em discussão e sem solução. O Movimento dos Sem Terra ressurgiu atualmente, evidentemente de forma diferenciada e muito mais elaborada, iniciando a formação de um conjunto de unidades camponesas autônomas através das ocupações, mas que se constituirão em uma unidade maior capaz de

neutralizar ou fazer desaparecer o latifúndio através de uma reforma agrária auto-sustentada pelo próprio Movimento Sem Terra.

Mas, tudo isto são conjecturas. Nem podemos dizer com segurança se era possível, na época de Canudos, surgirem outras comunidades camponesas vitoriosas, nem que o Movimento dos Sem Terra teria ligações históricas com a experiência canudense, assim como com o movimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião ou com o movimento Território Livre de Formoso de José Porfírio. Mas, eles demonstram que o movimento camponês não cria apenas utopias agrárias, mas, nas condições brasileiras, encaminham o problema da terra na direção da sua solução.

O certo porém – e agora falamos no nível dos fatos – a guerra civil de Canudos e a violência brutal da elite governamental e do seu segmento militar veio pôr a nu o conteúdo da nova ordem republicana que se instaurara no país. Aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial escravista, conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos.

Atualmente o fenômeno se repete, embora em nível mais sofisticado e modernizado como prova

de que praticamente nada ou quase nada mudou.

Nossa história tem três momentos que simbolizam os movimentos de ruptura radical com o sistema de dominação e conseguiu abalar a sua estrutura: Palmares, no Brasil colônia; a Cabanagem, no Brasil Império e Canudos na República. Esses três momentos nos quais os escravos inicialmente e depois a plebe rebelde passaram a ser agentes sociais dinâmicos, mostra como somente através desse radicalismo o Brasil poderá reformular os pólos de poder e articular politicamente um novo ordenamento social no qual os oprimidos e excluídos poderão ser os atores dinâmicos da História.

## Notas

- <sup>1</sup> A situação econômica e social da época e do local e assim descrita por dois historiadores: “Em meados do século XIX, menos de 5% da população rural possuía terras. Paralelamente ao processo de crise do sistema escravista, diversas leis procuraram regular as formas de acesso à propriedade, proibindo a distribuição gratuita de terras às comunidades necessitadas, restringindo as possibilidades de aquisição pelas camadas pobres e facilitando a concentração fundiária das oligarquias locais. Em 1895, o governo baiano promulgou a Lei nº 286. Ela estabelecia como devolutas as terras que não tinham uso público, as de domínio particular sem título legítimo, as posses que não se fundassem em documentos legítimos e os terrenos de aldeias indígenas extintas por lei ou pelo abandono dos seus habitantes. Dois anos depois a Lei nº 198, de 21 de agosto de 1897, declarava terras devolutas as que não tivessem título legal e as que não fossem legalizadas em tempo hábil. Ambas as leis fragilizavam

a situação dos ocupantes pobres de terras familiares não-comprovadas por documentos que ficavam sujeitos a perdê-las a qualquer momento, mediante a pressão dos grandes fazendeiros. Ao mesmo tempo, forçavam os posseiros a permanecer atrelados e dependentes aos personagens politicamente influentes. Nesse contexto geral o arraial de Belo Monte transformou-se em uma espécie de ‘terra prometida’, à margem dos males da terra, para os adeptos e simpatizantes do líder religioso”. Macedo, José Rivair e Maestri, Mário: Belo Monte - uma história da guerra de Canudos. Ed. Moderna SP, 1997, págs. 47/48.

- <sup>2</sup> Sobre a explicação patológica do movimento de Canudos ver: Rodrigues, Nina: As coletividades anormais, capítulo sobre a loucura epidêmica de Canudos, Ed. Civilização brasileira, SP, 1936, págs. 50ss. Ver ainda no mesmo sentido: Cesar, Osório: Misticismo y locura. Ed. Parternon, B. Aires, 1945, especialmente capítulo IV, Fanatismo y psicopatia, págs. 133ss e Oliveira, Xavier de: Espiritismo e loucura, Ed. A. Coelho Branco, RJ, 1931, especialmente págs. 25ss. Na mesma direção poderemos incluir Euclides da Cunha em Os Sertões, cujo pensamento no particular é todo inspirado nas conclusões de Nina Rodrigues.
- <sup>3</sup> Marx, K.: Miséria da filosofia, Ed. Flama, SP, 1946, págs. 156/57.
- <sup>4</sup> Ioko, Zilda Márcia Gricoli: Lutas sociais na América Latina - Argentina - Brasil Chile. Ed. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1989, págs. 68/69. Como vimos o conceito de movimento pré-político leva a que esses momentos em que a plebe se organiza sejam criminalizados e com isto a sua destruição seja apenas uma consequência das *desordens* por eles produzidas e o restabelecimento da Lei seja aplicado contra o banditismo social. A desqualificação do movimento de Antônio Conselheiro de político permitiu que os seus agentes fossem violentamente massacrados como jagunços e fanáticos e com isto fosse restabelecida a *normalidade social*. A repressão policial e a violência ficaram plenamente justificadas. Essa tendência das classes dominantes é uma constante da política de repressão às reivindicações camponesas. Quando a líder dos Sem Terra Deolinda Alves foi presa, acusada, entre outras coisas de formadora de quadrilha é recolhida como presa comum ao presídio do Carandiru em São Paulo sem nenhum dos benefícios

a que os presos políticos têm direito. Foi presa como criminosa comum e com isto o governo brasileiro continua dizendo que no Brasil não há presos políticos. Essa criminalização dos movimentos sociais e por isto políticos dos camponeses, como vemos, passa pelo massacre de Canudos e se estende até os nossos dias com as prisões e mortes dos membros do Movimento Sem Terra.

- <sup>5</sup> Souza Barros: *Messianismo e movimento de massa no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1986, pág. 83.
- <sup>6</sup> Carvalho, Afonso de: *Carta a Reis Vidal apud Vidal, Reis: Padre Cícero*, RJ, s/e. 1936. pág. 13. Sobre a caracterização social dos dois movimentos e suas diferenças estruturais e ideológicas. Marco Antônio Villa assim os analisa: “Apesar de padre Cícero estar em conflito com a Igreja, o mesmo não ocorria em relação ao Estado e à classe dominante da região. Quando se retirou de Juazeiro rumo a Salgueiro, em Pernambuco, foi expedido mandado de prisão contra ele pois o governo federal supunha que estava aliado a Antônio Conselheiro - foi logo sustado pela interferência de vários juízes de direito e delegados de polícia da região, que enviaram telegramas ao governador de Pernambuco notificando ser infundado o boato de que havia alguma ligação entre o líder de Juazeiro e os conselheiristas. Em telegrama, o juiz de direito de Salgueiro considerou ‘ser absolutamente falsa notícia padre Cícero deixar Juazeiro do Crato, procurando Canudos para prestar auxílio Antônio conselheiro (... ) Posso garantir ser ele virtuoso sacerdote, completamente hostil movimento sedicioso Canudos incapaz de tentar contra a ordem pública.( ... ) O líder de Juazeiro, ao contrário do fundador de Belo Monte, sempre procurou estar associado às oligarquias da região. Foi prefeito de Juazeiro, vice-presidente do Estado do Ceará e deputado federal”. (Villa, Marco Antônio: *Canudos, o povo da terra*, Ed. Ática, SP, 1995, pág. 181.
- <sup>7</sup> Engels, F.: *As guerras camponesas na Alemanha*. Ed. Vitória, RJ, 1946, pág. 38. No mesmo sentido escreve Eric Wolf: “Os movimentos simples de protesto entre os camponeses freqüentemente se centralizam no mito de uma ordem social mais justa e igualitária do que no presente que ora é hierarquizado. Esses mitos voltam-se para o passado, para a recriação de uma idade de ouro de justiça, igualdade, ou no futuro ao estabelecimento de uma nova ordem na terra, uma



mudança completa e revolucionária das condições existentes. Esses desejos animaram os movimentos revolucionários quiliastas na Europa depois do século XIX, o crescimento dos anarquistas espanhóis no século XIX, a rebelião Taiping na mesma época e assim dor diante. Muitas vezes as expectativas de reordenamento radical da sociedade podem mobilizar o campesinato por algum tempo e levar a uma *jacquerie* típica ou derramamento de sangue”. Wolf, Eric: Sociedades camponesas, Ed Zahar, RJ, 1970, pág. 142

- <sup>8</sup> Macedo, José Rivair e Maestri, Mário: Op. Cit. pág. 44.
- <sup>9</sup> Montenegro, Abelardo: Fanáticos e cangaceiros, Ed. Enriqueta Lisboa, Fortaleza, 1973, págs. 107ss.
- <sup>10</sup> Montenegro, Abelardo: Op. Cit.
- <sup>11</sup> Facó, Rui: Cangaceiros e fanáticos, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1963, pág. 77.
- <sup>12</sup> Villa, Marco Antônio: Canudos - o campo em chamas, Ed. Brasiliense, SP, 1992, pág. 32.
- <sup>13</sup> Cunha, Euclides da: Canudos - diário de uma expedição. Ed. José Olímpio, RJ, 1939, págs. 100ss. - Temos nossas dúvidas quanto a Euclides da Cunha ter visto uma dessas casas por dentro, pois ele esteve poucas vezes no interior de Canudos. Mas, de qualquer maneira é a descrição impressionista das residências camponesas da região. Sobre o autor de Os Sertões e o seu comportamento durante a campanha ver: Villa, Marco Antônio: Canudos, o povo da terra, Ed. Ática, SP, 1995, Especialmente o apêndice - Euclides da Cunha e Canudos, págs. 246ss. Ver também: Moura, Clóvis: Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1964, *passim*
- <sup>14</sup> Villa, Marco Antônio: Op. Cit. pág. 33 - Antes desta escola existiram pelo menos duas. Uma dirigida por João Gomes dos Reis. Ela foi fechada devido ao alcoolismo do seu professor, expulso da comunidade. Outra, regida por um homem chamado Moreira. José Calasans escreve sobre a última professora: “Teria sido substituído (Moreira) por uma moça que morava na baixada do Belo Monte, por detrás do cemitério, na rua chamada, por sua causa da professora. Manuel Benício registrou seu nome, Maria Francisca de Vasconcelos, morena arisca, com 23 anos de idade, cursara a Escola Normal da Bahia, onde adquirira instrução. A família impedira seu casamento com um moço de origem plebéia. Fugiram os dois do Soure e foram viver na

cidadela do Bom Jesus Conselheiro”. Calasans, José: Quase biografias de jagunços, publicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986, pág. 74.

- <sup>15</sup> Calasans, José: Quase biografias de jagunços. Publicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986, pág. 38.
- <sup>16</sup> Villa, Marco Antônio. Op. Cit.
- <sup>17</sup> Montenegro, Abelardo. Op. Cit.
- <sup>18</sup> Monte Marciano, Frei Evangelista de: - Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos - 1895 - Edição facsimilar. Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1987, págs. 4ss
- <sup>19</sup> Calasans, José. Op. Cit.
- <sup>20</sup> Macedo Soares citado por Facó, Rui: Cangaceiros e fanáticos, pág. 109.
- <sup>21</sup> Facó, Rui. Op. Cit.
- <sup>22</sup> No sentido de demonstrar como a dinâmica da comunidade de Canudos funcionava articulada em todos os seus níveis - econômico, social, político e ideológico (religioso) - objetivando estabelecer a harmonia entre as necessidades dos seus habitantes e a produção da comunidade, escreve Maria Sylvia de Carvalho Franco: “O arraial de Belo Monte cresce como centro comercial, artesanal e agrícola. Define-se uma hierarquia política interna ao grupo e determina-se uma estratificação, baseada na riqueza e no prestígio. Desenvolvem-se controles sociais com raízes religiosas, mas com a função de fortalecer a vida familiar e política. Estas indicações são suficientes para demonstrar o quanto esse movimento messiânico correspondia praticamente as necessidades da existência. Pode-se afirmar que em Canudos as práticas religiosas de negação do mundo, conscientemente observadas pelos fiéis como meio de salvação, tiveram na verdade a função de introduzir em suas existências, uma incipiente ‘racionalidade’. O ‘comunismo’ de Canudos consistiu numa técnica para regularizar o provimento dos meios de vida no povoado”. (...) Esse movimento religioso, longe de poder ser interpretado como ‘regressão’ e ‘fanatismo’, expressa, antes, a organização transitória da população rural justamente com base no modelo oferecido pela ‘civilização’ que sempre existiu paralelamente a ela. Nessa linha torna-se também inteligível a intenção de preservar o Paraíso Terrestre e de defendê-lo das ameaças exteriores. As virtudes ordenadas pelo

- Messias e praticadas pelos fiéis assumem caráter coletivo, correspondendo à necessidade de exaltação de todos e encobrendo a necessidade de redenção material. Compreende-se assim a agressividade de Canudos, a guerra contra a sociedade mais ampla, que lhe era adversa”. Franco, Maria Sylvania de Carvalho: *Homens livres na ordem escravocrata*, Ed. Kairós (39 Ed.) 1983, pág. 105, nota.
- <sup>23</sup> Barbosa, Rui: *Obras completas*, vol. XIV, RJ, 1952, págs. 299/304.
- <sup>24</sup> Sobre as razões que silenciaram Rui Barbosa o historiador Marco Antônio Villa assim as explica: “Vale destacar que não é exequível incluir entre os denunciadores do massacre o senador Rui Barbosa, que teria escrito um discurso, não lido, solidarizando-se com os prisioneiros. Conhecido pelo gosto da oratória e pelos longos discursos, não perderia uma ocasião como esta. Certamente não leu o discurso porque já tinha manifestado publicamente a sua posição sobre Canudos, considerando-o “um acinte monstruoso dos aluviões morais do sertão; Antônio Conselheiro não passava de “um louco”; e seus partidários “uma horda de bandidos”. Villa, Marco Antônio: *Canudos, o povo da terra*. Ed. Ática, SP, 1995, pág. 213.
- <sup>25</sup> Na direção de demonstrar as possibilidades da comuna camponesa (como foi o caso de Canudos) ter possibilidades de se afirmar politicamente como algo além da utopia, escreve Octávio Ianni: “Em geral, no entanto, o movimento social camponês se torna um ingrediente básico, freqüentemente decisivo da revolução. O caráter das suas reivindicações econômicas, políticas, culturais, religiosas ou outras implica no questionamento da ordem social vigente. Não se interessa pelo dilema ‘povo sem história’ ou ‘povo histórico’. Pouco se empenha na controvérsia sobre ‘movimento social’ ou ‘partido político’. A sua prática social como um todo, compreendendo a luta pela preservação, conquista ou reconquista das suas condições de vida e trabalho, acaba por tornar-se um componente das lutas sociais que se desenvolvem no âmbito da sociedade como um todo”. (...) De fato, o movimento social camponês não se propõe conquistar o poder estatal, a organização da sociedade nacional, a hegemonia camponesa. Essas talvez sejam as tarefas do partido político. Pode ser a tarefa da classe operária, associada a outras categorias sociais, inclusive o campesinato. Mas isso não elimina nem reduz o significado

revolucionária das muitas lutas que esse movimento realiza. Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa a expansão do capitalismo no campo; na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca; a produção do valor, o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário. Ianni, Octávio: *Dialética & capitalismo*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1988, págs. 105ss.

- <sup>26</sup> Sobre a evolução da questão camponesa no Brasil e a importância do MST na sua solução, a perspectiva é que as contradições se aguçem e as medidas de repressão se acentuem. No particular é sintomática a entrevista que Paulo Brossard (ex-senador, ex-ministro da Justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal) deu sobre o assunto, acenando para um possível golpe de Estado para deter o movimento. Vale refletir sobre o seu texto. Perguntado sobre “O que o governo deve fazer para conter as invasões dos sem-terra e sem-teto” respondeu: “Tem de fazer cumprir a lei. Acredito que houve uma inflexão no comportamento do governo, lastimo que tenha demorado, mas espero que persista. Há uns dois anos houve uma marcha de produtores rurais em direção à Brasília. Quando chegaram à Capital, o presidente não os recebeu e os chamou de caloteiros. Há pouco, ele recebeu uma delegação de sem-terra. Funcionou aí um mecanismo de dois pesos e duas medidas. Um cidadão sentou-se à mesa do presidente da República com um boné na cabeça. Isso é uma completa impropriedade. (...) Está em curso um processo de erosão da autoridade. Já invadiram terras com dia e hora marcadas. Depois das fazendas, passaram a invadir imóveis urbanos. Quanto falta para invadirem automóveis? Isto acaba mal, muito mal”. Interrogado sobre o significado do acabar mal o ex-ministro da Justiça assim se expressou: “Em 1964 havia um pessoal que saía pelo país gritando que a reforma agrária seria feita ‘na lei ou na marra’. Na marra, o que tivemos foi a ditadura e essas mesmas pessoas passaram 20 anos chorando. O processo de instalação da violência se dá aos poucos, é quase imperceptível. Primeiro se diz que os invasores são pessoas expulsas de suas terras pelos grileiros, depois se vê que há invasões com gente recrutada em outros Estados. Se o senhor dá a outra pessoa a prerrogativa de transgredir a lei não vá supor que mais adiante haverá de contê-la. Quem acha que pode transgredir uma lei acaba se julgando no direito de decidir quais leis cumpre e quais

desrespeita. E aí, repito, a coisa acaba mal” Ao ser perguntado sobre o que o governo deveria fazer respondeu enfaticamente: “Tem de garantir o cumprimento da lei. Não nos esqueçamos que a invasão de propriedade é um dos poucos casos em que o Código Civil admite a legalidade da reação da vítima. Esses invasores, trazidos de outros municípios, são posseiros sem posse, figura semelhante à do fazendeiro do ar. Existem porque a lei está desconceituada. Um governo pode tolerar semelhante situação, mas jamais haverá proprietário que a admita. Um colapso como o de 1964 não ocorre de repente. Os absurdos vão se tornando familiares e só quando a casa cai é que se percebe o tamanho do erro cometido”. Paulo Brossard - Entrevista, in Folha de S. Paulo, 1 de junho de 1997.



## Capítulo II

# Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe

*... é preciso, porém que não se deixe em silêncio a origem do ódio que tendes à família imperial, porque sua alteza Senhora Dona Isabel libertou a escravidão... (...) Porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ser reduzido o ser humano.*

Antônio Conselheiro

O movimento camponês de Canudos, no interior da Bahia, durante o governo de Prudente de Morais, infelizmente ainda não foi estudado em todas as suas vertentes e devida profundidade social e política da época. Ele é discutido mais a partir das diversas correntes republicanas que disputavam o poder.

Situa-se o movimento como se ele fosse decorrente das contradições das próprias classes dominantes e não como uma consequência das contradições entre as oligarquias latifundiárias e os interesses dos camponeses sem terra. A autonomia da solução dessa contradição passou a ser um problema crucial quando os camponeses assumiram a hegemonia do mesmo e criaram a sua solução a partir dos seus interesses, criando uma unidade comunitária no interior da Bahia independente e não subordinada aos interesses e valores do latifúndio. A imagem de Canudos como perigo surge exatamente desse conflito de interesses e a solução que os camponeses encontraram, desligando-se da estrutura latifundiária. É aí que podemos encontrar explicação para a violência da repressão contra Canudos e o heroísmo dos seus defensores.

Por outro lado, a obra de Euclides da Cunha “Os Sertões”, tornou-se um clássico literário e aqueles estudiosos que procuram analisar e interpretar esse acontecimento histórico na sua estrutura e na sua dinâmica, quase sempre partem das suas afirmações. Uma pesquisa rigorosa e exaustiva, feita de forma sistemática ainda não foi feita com a profundidade que merece. Um dos defeitos mais visíveis é ignorar-se a importância de Antônio Vicente Mendes Maciel (o Conselheiro) como líder, agitador e organizador. Ele é sempre visto como um lunático, um místico, messiânico, quando não desequilibrado mental,



louco que teria transmitido a sua insanidade àquelas populações que o seguiam. O seu crânio, após a sua degola, foi enviado a Salvador para estudos médico-antropológicos por cientistas influenciados pela escola criminalista de Lombroso, para serem procurados nele os estigmas do criminoso nato<sup>1</sup>.

Até hoje, por outro lado, não possui uma biografia que o estude através de pesquisas modernas e de uma metodologia satisfatória. O livro de Edmundo Moniz, por muitos motivos valioso, que vai nessa direção, procurando resgatar a memória e o papel de liderança política do Conselheiro ressentido de falhas teóricas acentuadas<sup>2</sup>. O certo é que a figura de Antônio Conselheiro é sempre apresentada como se ele fosse uma individualidade delirante, desligada do contexto social-econômico e político de onde surgiu e sem ter nenhuma ligação funcional e dinâmica com os problemas concretos e as contradições emergentes da região em que a luta eclodiu. A biografia política de Antônio Conselheiro ainda está por ser escrita.

Por estas razões, poucas vezes é lembrado como abolicionista e de pregador para a massa escrava. Mas, esse personagem que percorreu a partir de 1874 grande parte do território cuja população escrava era considerável não podia deixar de interessar-se pelos cativos, muitos deles egressos das senzalas para os quilombos da região ou com a

revolta latente em face das contradições criadas pela sua situação de escravos.

Em primeiro lugar, para avaliarmos o seu nível de interesse pela Abolição, devemos ver as suas raízes étnicas, pois quase todos os que dele se ocuparam afirmam ter sido branco. No entanto, no seu batistério ele é registrado como pardo. Vejamos os seus termos: “Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta batizei e pus os Santos Óleos nesta Matriz de Quixeramobim ao párvulo Antônio pardo nascido aos treze de março do mesmo ano, filho natural de Maria Joaquina; foram padrinhos Gonçalo Nunes Leitão e Maria Francisca de Paula. Do que, para constar, fiz este termo em que assinei. O Vigário Domingos Alvaro Vieira”<sup>3</sup>.

Como podemos ver pela sua certidão de batismo, Antônio Conselheiro foi considerado pardo pelo padre que o batizou. Se isto não é de grande importância para se avaliar o seu abolicionismo, serve para repor a verdade sobre as suas origens étnicas. O que é importante apurar-se é se na sua biografia pode-se constatar uma postura abolicionista nas suas pregações e no seu comportamento e mais especialmente se essas prédicas foram, em alguma ocasião, dirigidas aos próprios escravos.

Quem toma como fonte de informações “Os Sertões” de Euclides da Cunha certamente nada encontrará nessa direção. Para ele as pregações de Antônio Conselheiro tinham sempre a incoerência

de um louco. Diz, retratando o seu comportamento: “Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientes, a princípio numa quase passividade pela própria receptividade mórbida do espírito torturado de reveses e elas refluíram, depois, mais fortemente sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo de uma consciência delirante”<sup>4</sup>. O seu discurso, para Euclides da Cunha era subordinado na sua essência ao *atavismo* das raças inferiores, agravado pela sua personalidade delirante. Tudo isto, em última análise, significa esconder a verdadeira mensagem do líder atrás de vaus mistificadores, apresentando o seu discurso como fruto de distúrbios patológicos e não da sua posição diante dos acontecimentos sociais.

Quem toma, por estas razões, como fonte de informações da vida de Antônio Conselheiro o texto de “Os Sertões”, especialmente sobre a sua posição em relação aos escravos e a escravidão nada encontra. O seu racismo no particular é evidente, pois como acentua com muita razão o professor José Calasans, apoiado em livro de Pedro A. Pinto sobre

o vocabulário usado no livro, as palavras escravo e escravidão não se encontram ali uma só vez<sup>5</sup>. (É por isto que, se quisermos saber a verdade sobre a posição de Antônio Conselheiro sobre o assunto teríamos de recorrer a outras fontes).

Essas outras fontes, porém, revelam um Antônio Conselheiro preocupado com a escravidão e a sorte dos cativos, dirigindo-se aos próprios escravos, os quais, posteriormente, irão engrossar as suas fileiras. Ainda o professor José Calasans escreve que o jornalista Manuel Benício, correspondente do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, junto às forças em operações contra os jagunços, autor de um bom livro relativo à vida dos conselheiristas e de seu guia e líder percebeu e registrou a posição adotada por Antônio Conselheiro em face do problema da escravidão: “Ignorante e enraizado nos velhos hábitos da administração de então, desconfiado como são todos os sertanejos”, escreveu Manuel Benício: “de índole conservadora por nascença, achava que toda reforma na administração e toda inovação na economia política era um meio de se roubar o povo. Fora contra a introdução do sistema métrico-decimal no comércio e a única reforma que encontrou sua aquiescência mais tarde, em 1888, foi a abolição dos escravos. Talvez porque grande porção de quilombos e mucambeiros acautelassem a sua errante estrada”.

Para José Calasans ele “transmitiu aos escravos os ensinamentos dos evangelhos. Não estamos formulando uma hipótese”. Prossegue o mesmo historiador baiano: “Baseamos nossa assertiva num depoimento contemporâneo, perdido nas folhas de uma gazeta baiana de 1897, no auge da luta fratricida. Um italiano que trabalhava na construção da estrada de ferro Salvador-Timbó, narrou nestes termos, seu encontro com o peregrino: ‘Veja como este povo’, dizia-lhe o Conselheiro apontando a gente que aguardava a sua pregação, ‘na sua totalidade escrava vive pobre e miserável. Veja como ela vem de quatro e mais léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se, sem saber como se alimentará amanhã, ele nunca deixa de atrair presuroso às palavras religiosas, que, indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para a redenção de muitos pecados’. No lugarejo mencionado, que outro não era senão Saco, entre Timbó e Vila do Conde, na então Província da Bahia, durante o dia quase não havia alma. Mais de 2000 pessoas, porém, surgiram de noite, ansiosas para ouvirem os conselhos do Bom Jesus. “Ao anoitecer, prosseguiu o empreiteiro, “começaram a chegar e as 8 horas a praça estava cheia, tendo mais de mil pessoas, todas escravas, e após o sermão, que em seguida um explicava ao outro, visto que somente os mais vizinhos podiam ouvi-lo, todos cantavam as seguintes estrofes: “Louvado seja

nosso Senhor Jesus Cristo” ao que as mulheres e meninos respondiam “para sempre seja louvado o santo nome de Maria”, e isto até a meia noite, algumas vezes. De manhã não havia pessoa alguma no arraial”.

“A informação transcrita, documenta, com segurança, as relações do Conselheiro com os escravos da zona citada que atentamente escutavam a pregação do ‘santo’ de Quixeramobim. Convém esclarecer, desde logo, que na região de Itapicuru, onde Antônio Conselheiro passou grande parte da sua vida de pregador, havia na época aqui estudada, apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande quantidade de escravos. Os cativos necessitavam da palavra de conforto e ajuda do bondoso peregrino, que conforme escreveu o informante acima citado, distribuía apreciáveis quantias com as famílias pobres, naturalmente obtidas nas casas dos mais ricos, daqueles senhores de engenhos e negociantes mais generosos”<sup>6</sup>.

Convém notar que na zona de Itapicuru existiu um quilombo que durante muito tempo deu trabalho às autoridades e do qual certamente Antônio Conselheiro ouvira falar, assim como na região de Tucano um dos locais que forneceu grande número de adeptos ao Conselheiro. Por outro lado, a área de pregação do Conselheiro era também região de quilombos.

Foram registrados ajuntamentos de negros fugidos em Cairu, Rio das Contas, Geremoabo, Jacobina, Rio de São Francisco e em outros pontos da Serra Negra. A estas populações certamente o Conselheiro deveria ter tido contato direto ou indireto ao que tudo indica <sup>7</sup>.

José Calasans, cujo esclarecedor trabalho estamos acompanhando, escreve ainda que “outros elementos poderão ser apresentados no mesmo sentido, isto é comprobatório do papel desempenhado pelo Conselheiro junto à população escrava no Nordeste baiano, que ele mais de perto conheceu e assistiu. Num interessante artigo publicado no Jornal de Notícias, da Bahia, edição de 5 de março de 1897, o doutor Cícero Dantas, barão de Geremoabo, proprietário no município de Itapicuru, e prestigioso chefe político contou que com a abolição da escravatura aumentara o número de acompanhantes do Bom Jesus Conselheiro. “O povo em massa”, declarou Geremoabo, “abandonava suas casas e seus afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao alucinado de Deus facilmente não prestava. (...) Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem precisa regularidade”.

O mesmo autor, refutando as razões do barão de Geremoabo, afirma que talvez esse chefe conservador tivesse confundido a causa com o efeito, pois não teria sido “Antônio Vicente quem afastou das propriedades agrícolas os negros libertados pela lei de 1888. O Santo Conselheiro outra coisa não teria feito senão recebê-los e, possivelmente, ampará-los, quando eles próprios sequiosos de desfrutarem a liberdade alcançada, fugiram dos antigos locais do seu cativeiro. (...) Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista. Antônio de Cerqueira Galo, morador em Tucano, localidade baiana donde saíram inúmeros seguidores do Conselheiro, numa carta enviada ao barão de Geremoabo, dando notícias dos habitantes de Canudos, destacou que o contingente de ex-escravos formavam a maioria. “Lá os vultuosos que estão disinvolvendo (sic) a revolta”, escreveu o missiva, “é o mesmo Conselheiro com os seus sequazes d’entre estes soldados e desertores de diversos e o povo 13 de maio que é a maior gente”<sup>8</sup>.

O depoimento altamente esclarecedor de José Calasans, descobrindo novas fontes de informações que recolocam não apenas o pensamento, mas, também, a ação de Antônio Conselheiro em relação ao sistema escravista e as suas contradições estruturais, e plenamente corroborado pelas próprias palavras do líder de Canudos no manuscrito que sobreviveu à chacina (sabemos que ele escreveu ou



ditou outros os quais certamente foram destruídos ou perdidos) intitulado Predicas aos canudenses e um discurso sobre a República – Belo Monte, província da Bahia 12 de janeiro de 1897.

A obra foi encontrada em uma velha caixa, no Santuário, por José Pondé, médico baiano que se encontrava na expedição que destruiu a comunidade. Afrânio Peixoto recebeu-o de quem o encontrou e fez doação do mesmo a Euclides da Cunha, cuja reação sobre o seu texto ninguém sabe. O certo é que o subestimou, pois refere-se a outros manuscritos encontrados entre os escombros, mas silencia sobre este. Talvez não teve tempo de analisá-lo após recebê-lo de Afrânio Peixoto<sup>9</sup>.

Dizia Antônio Vicente Mendes Maciel nesse manuscrito, referindo-se à Abolição e ao trabalho escravo:

“É preciso, porém, que não se deixe em silêncio a origem do ódio que tendes à família imperial, porque sua alteza a Senhora Dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do Céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ser reduzido o ser humano; a força moral (que tanto a orna) com que ela procedeu a satisfação da vontade divina, constitui a confiança que bem tem Deus para libertar esse povo, (mas) não era suficiente para soar o brado da indignação

que arrancou o ódio da maior parte daqueles a quem o povo estava restrito. Mas os homens não penetram a inspiração divina que moveu o coração da digna e virtuosa princesa para dar semelhante passo; não obstante ela dispor do seu poder, todavia era de supor que meditaria, antes de o por em execução, acerca da perseguição que havia de sofrer, tanto assim que na noite que tinha de assinar o decreto da liberdade, um ministro lhe disse: Sua Alteza assina o decreto da liberdade, olhe a República como ameaça; ao que ela não ligou a mínima importância, assinando o decreto com aquela disposição que tanto a caracteriza. A sua disposição porém, à prova que atesta do modo mais significativo que era a vontade de Deus que libertasse esse povo. Os homens ficaram assombrados com o belo acontecimento, porque já sentiam o braço que sustentava o seu tesouro, correspondendo com ingratidão e irresponsabilidade ao trabalho que desse povo recebiam. Quantos morreram debaixo dos açoites por algumas faltas que cometeram; alguns quase nus, oprimidos de fome e de pesado trabalho. E que direi eu daqueles que não levavam com paciência tanta crueldade e no furor do exceda sua infeliz estrela se matavam? Chegou enfim o dia que Deus tinha de pôr termo a tanta crueldade, como visto de compaixão a favor do seu povo e ordena para que se liberte de tanta penosa escravidão”<sup>10</sup>.

Pelo exposto – o pensamento de Antônio Conselheiro através de um texto por ele redigido – podemos concluir que ele não era aquele personagem bronco ou louco que costuma se afirmar nos ensaios tradicionais sobre a guerra de Canudos, mas um agente de dinâmica social no período que vai da escravidão ao abolicionismo e posteriormente, de 13 de maio até a luta e destruição do arraial de Belo Monte.

Na primeira fase, reunia escravos e com eles falava através de um código ligado à simbologia religiosa para denunciar a situação e sugerir a necessidade de se libertarem, com isto atraindo, numa região de pequena densidade demográfica na época, cerca de 2.000 escravos para ouvirem as suas prédicas, segundo testemunho da época.

Em 1897 escreve um dos seus muitos manuscritos. Nele expressa a sua aprovação da Lei que pôs fim à escravidão e procura explicar, a seu modo, porque a princesa Isabel estava apoiada nas forças divinas (Direito divino) ao assinar a Lei de 13 de maio, defendendo a necessidade de se acabar com a escravidão, que para ele era uma situação que chegava aos limites da degradação humana, levando, por isto, muitos escravos ao suicídio.

Finalmente, quando os ex-escravos fugiam das terras que simbolizavam a escravidão, Antônio Conselheiro abre-lhes um espaço físico, social e humano um espaço livre – no qual eles se reinte-

gram participando ativamente como agentes históricos e sociais da comunidade de Canudos até o seu final. Fizeram parte do seu componente militar, religioso e político. Lutaram juntamente com o líder que os reintegrou na sua condição de homens livres. E antes (quando ainda eram escravos) acenava-lhes com a possibilidade da liberdade, com eles reunindo-se e esclarecendo a possibilidade de mudança social capaz de libertá-los, palavras que eram transmitidas de boca em boca.

Queremos crer, por tudo isto, que Antônio Conselheiro foi um abolicionista plebeu, atuando na área rural do Nordeste, onde os líderes do Abolicionismo tradicional e por isto mesmo conciliador nunca atuaram dinamicamente, com uma mensagem dirigida diretamente às populações oprimidas e as massas escravas descontentes, muitos dos seus membros possivelmente saíam dos quilombos existentes na região – e eram muitos – para ouvi-lo e se refugiarem depois no arraial de Belo Monte.

## Notas

- <sup>1</sup> Quem fez o exame craniométrico de Antônio Conselheiro foram os médicos Nina Rodrigues e Sã de Oliveira, tendo escrito o primeiro que “o crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que enunciasses traços de degenerescência: é um crânio de mestiço, onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes”. Apesar desta conclusão. Nina Rodrigues não teve dúvidas de escrever que “em Canudos

- representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antônio Conselheiro e dando-lhe umas misturas de questões políticas e sociais, de momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões de que a loucura como os contagionados são fíéis e legítimas criações. Ali se chocavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica da loucura”. Rodrigues, Nina: *As coletividades anormais*. Ed. Civilização Brasileira, SP, 1939, pág. 42.
- <sup>2</sup> Muniz, Edmundo: *Canudos: a guerra social*. Elo Editora e distribuidora Ltda. 2ª Ed, RJ, 1987, Passim.
- <sup>3</sup> Transcrito de Macedo, Nertan: *Antônio Conselheiro (A morte em vida do beato de Canudos)*. Gráfica Record Editora, RJ, 1969, pág. 42.
- <sup>4</sup> Cunha, Euclides da: *Os sertões*. Ed. Francisco Alves (12ª edição corrigida) RJ, 1933, pág. 150.
- <sup>5</sup> Pinto, Pedro A: *Os Sertões de Euclides da Cunha – vocabulário e notas lexicográficas*. Ed. Francisco Alves, RJ, 1930, Passim. – Para se ter uma posição crítico-revisionista do pensamento de Euclides da Cunha em relação à escravidão, ao negro e ao Abolicionismo ver: Moura, Clóvis: *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1964, págs. 67/94. Na mesma direção radical ver: Bastos, José Augusto Cabral Barreto: *Incompreensível e bárbaro inimigo – A guerra simbólica contra Canudos*. Ed. Edufba, Salvador, 1995.
- <sup>6</sup> Calasans, José: *Antônio Conselheiro e a escravidão*, s/ed. s/d., passim.
- <sup>7</sup> Calasans, José: *Op. Cit.* - Sobre a importância dos quilombos no sertão o historiador baiano Borges de Barros assim se expressa: “Na Bahia muitos foram os pontos em que eles se localizaram: Cairú, Rio de Contas, Geremoabo, Rio de São Francisco, Ilhéus, Camamú, Barra do Rio das Contas, Tucano e em vários outros pontos, como Serra Negra. Era uma praga espalhada por todos os cantos e sem remédio. Eram como que irmãos e bem coligados todos em se tratando de defender o sertão de sorte que lá não pudessem penetrar nem mais aventureiros, nem descobridores”. Barros, Borges de: “Bandeiras e sertanistas baianos. Ed. Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1919, pág. 216.

- <sup>8</sup> Calasans, José. Op. Cit.
- <sup>9</sup> Euclides da Cunha refere-se a outros manuscritos encontrados nos escombros, escrevendo ao dar as fontes das transcrições de algumas profecias de Antônio Conselheiro: “Os dizeres dessas profecias estavam escritos em grande número de pequenos cadernos encontrados em Canudos. Os que aí vão, foram lá mesmo, copiados de um deles pertencente ao secretário do comandante em chefe da campanha”. Cunha, Euclides da: Os sertões, Ed. Francisco Alves, RJ, 1933, pág. 171 (nota de rodapé)
- <sup>10</sup> Conselheiro, Antônio: Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a República, Belo Monte, província da Bahia 12 de janeiro de 1897, apud Nogueira, Ataliba: Antônio Conselheiro e Canudos, Cia. Editora Nacional, SP, 1974, págs. 47ss.

## Capítulo III

# De Canudos ao Movimento Sem Terra: novas perspectivas para a revolução agrária no Brasil?

*A situação do Brasil é tão grave que só se pode caracterizar a política econômica vigente como genocida. Estão matando nosso povo. Estão minando, carunchando a vida de milhões de brasileiros. Desnutrida, desfibrada, nossa gente acabará se tornando mentalmente deficiente para compreender seu próprio drama e fisicamente incapacitada para o trabalho no esforço de superação do atraso.*

*Vivemos um processo genocida. O digo com dor, mas com o senso de responsabilidade de um brasileiro sensível ao drama do nosso povo.*

Darcy Ribeiro – O povo brasileiro – a  
formação e o sentido do Brasil

O monopólio da terra no Brasil inicia-se já antes da sua descoberta. Com o tratado de Tordesilhas (1494) aquilo que seria descoberto foi dividido entre os Reinos de Portugal e da Espanha pelo papa Alexandre VI (aprovado posteriormente também pelo papa Júlio II) e a parte que seria o Brasil ficou com Portugal. Com isto, as terras ficaram sob o monopólio da coroa de Portugal e somente o seu Rei tinha poderes para doá-las. O poder real após a descoberta era quem doava, através de sesmarias as terras àquelas pessoas que, a critério real, eram disto merecedoras. Surgiu, através dessas origens irracionais a forma como a terra no Brasil ficou sendo dividida entre os nobres e homens ligados diretamente à corte, dando origem a grandes extensões pertencentes a uma única pessoa.

Somente em 1850 surge uma lei da terra no Brasil. Não para dividi-la democraticamente, mas para vendê-la aos possuidores de capitais. Com isto, concentrou-se ainda mais a propriedade fundiária entre nós, dando origem ao latifúndios e às oligarquias agrárias atuais, fator de atraso da nossa sociedade<sup>1</sup>. Mas, a propriedade dessas terras estava apenas no papel. Para concretizá-la havia necessidade de conquistá-la. O massacre, o genocídio de milhões de índios virá responder e satisfazer a essa necessidade do conquistador. Mas, o índio reagiu bravamente à expulsão das suas terras. Lutou



desde o primeiro instante em que as caravelas lusas aqui aportaram com cruces e arcabuzes para escravizá-lo. Essa tragédia, pouco contada pela procução universitária ainda não terminou. É um dos muitos problemas inconclusos da nação brasileira.

A luta dos índios em defesa das suas terras invadidas dura até os nossos dias. Os sobreviventes do massacre – menos de 300.000 – ainda lutam pela demarcação das suas terras enquanto as autoridades atuais executam, no particular, a mesma política, odiosa dos soldados e funcionários da coroa.

Sobre esta matança criminosa contra os legítimos donos da terra assim se expressa o historiador Luís Luna: “À época em que se caçavam índios na região sanfranciscana, El-Rei havia dividido o Brasil em duas grandes fatias. Uma, de Porto Seguro para o Sul, entregou a Antônio Salema, que se celebrizou pela matança dos Tamoios; a outra, de Porto Seguro para o Norte, foi entregue a Luís de Brito de Almeida, também trucidador de índios. A primeira preocupação desse ‘cristão’, ao assumir as funções, foi diligenciar o extermínio dos Potiguares, que repeliam os portugueses no Nordeste. Preparou poderosa expedição punitiva, cujo comando confiou ao ouvidor-geral Fernão da Silva. Saiu-se mal. Os índios, excelentes guerrilheiros, empregaram a tática dos ataques de surpresa e a expedição foi destroçada. Por isso, Luís de Brito desistiu da

‘operação-potiguar’ e voltou-se contra os índios de Sergipe, onde também viviam muitos Caetés, expulsos das aldeias primitivas”. (...) Assassinando e destruindo, os portugueses iam dominando a terra que descobriram. Nesse particular, os espanhóis foram menos atrabiliários, pois permitiram, no Paraguai, a língua guarani, ainda hoje falada juntamente com o castelhano. Aqui, porém, os ‘cristãos’ de além-mar nem a língua nativa deixaram viva. (...) Os Caetés eram caçados como feras, mas nunca deixaram de reagir, com honrabilidade, às tentativas de extermínio. Com os Aimorés e Potiguares, talvez hajam sido os índios que mais resistiram. (...) Era o saque na guerra de conquista, em “grande estilo”. Mataram e cativaram os índios sem piedade cristã, roubaram-lhes a terra e repartiram-na entre si, ficando a melhor e a maior parte para o chefe da quadrilha.

Este é um resumido relato do que foi a hecatombe produzida pelo colonizador. Realmente os padres jesuítas envolveram-se em todos os negócios e negociatas que houve por estas terras, desde que nelas pisaram. Além de fazendas de gado, com admiráveis rebanhos de animais e de escravos negros e índios, possuíam engenhos de açúcar, casas comerciais, colégios e até em negócios de açougues se meteram”<sup>2</sup>.

Essa carnificina pela posse da terra foi suportada pelo índio com grande sacrifício. A

Confederação dos Tamoios (1554-1567), e Confederação dos Guerans, a “guerra dos bárbaros” (que demorou quase cem anos) são movimentos que comprovam a luta do índio pela defesa da terra, pela reconquista de cada pedaço ocupado pelo colonizador português, lutando pelo território que lhe pertencia.

Foi uma luta desigual. Os jesuítas disseminaram para justificarem a carnificina o mito do “índio bárbaro”, a antropofagia, e a maldade congênita, dos seus membros. Antes da conquista, e a carta de Pero Vaz Caminha é um documento irretorquível, os índios eram belos, formosos e as índias eram igualados pela sua beleza às mulheres européias. Quando o índio começa a resistir à conquista passa a ser considerado o canibal, o primitivo, o perigo à fé, o mau selvagem, invertendo-se a visão roussouriana inicialmente apresentada. Esta nova imagem montada é que irá justificar o massacre como necessário ao chamado “processo civilizatório”.

Criou-se a figura do “feroz Tupinambá” que resumia todas aquelas anti-qualidades apontadas. Os Caetés, então, eram perseguidos e exterminados barbaramente sob o pretexto de que eles haviam devorado o bispo Sardinha. Antes da resistência, o índio era visto através do mito do “Bom selvagem” de J.J. Rousseau. Em 1550 os silvicultas brasileiros ainda eram exportados para a

França para darem espetáculo teatral, quando se reconstruiu a forma de vida dos índios em “espetáculos agradáveis e magníficos teatros erigidos e exibidos pelos cidadãos de Ruão” em homenagem à “sacra Majestade do Cristianíssimo Rei de França, Henrique II”<sup>3</sup>.

Com a resistência, a imagem se inverte. O índio passa a ser o inimigo bárbaro e à medida que a conquista avança, racionalizam-se os mecanismos de combate e as ideologias justificadoras. Os conquistadores portugueses criam as milícias mercenárias dos bandeirantes, os quais agiam profissionalmente, tendo por ofício o combate, o extermínio ou a escravização dos índios. Outros mecanismos são montados posteriormente como os aldeamentos, quando os jesuítas perceberam no índio também uma fonte de mão-de-obra e passa a explorá-los em proveito próprio (sob o manto de cristianizá-los), entrando, por isto, em contradição com os bandeirantes.

Este massacre histórico, esse genocídio étnico ainda continua no Brasil “moderno” de Fernando Henrique Cardoso.

Exemplo disso é o que foi feito com o índio pataxó Galdino em pleno Distrito Federal, no ano de 1997, já beirando o século XXI, por cinco jovens da classe média alta local (elite burocrática) que o queimaram vivo quando estava dormindo. Este crime hediondo, no entanto, já encontrou respaldo

de defesa da própria Justiça, que criou as premissas “jurídicas” para a sua impunidade. Os bandeirantes, também, queimavam índios vivos e nada lhes acontecia. O “moderno” atual pode ser comparado ao tempo do Brasil-colônia.

Os sobreviventes do genocídio, ou estão lutando atualmente pelas demarcações das suas terras, ou foram destribalizados nesse processo e ocupam os espaços do interior do Brasil, constituindo o campesinato pobre, camponeses sem-terra ou de “bóias frias”, sujeitos a um nível de vida de semi-escravos. Quando não estão sendo explorados dentro dos padrões do trabalho escravo no Brasil.

São tipos de organização do trabalho que atingem níveis de exploração somente iguais aos países mais atrasados do mundo. Sobre o trabalho escravo devemos esclarecer que cada vez que se aprofundam pesquisas neste sentido, mais ele é constatado e a sua presença registrada não apenas nas chamadas áreas atrasadas (Nordeste, Leste e Norte), mas também no Sudeste e Sul do país.

Mas, há de fato trabalho escravo e semi-escravo no Brasil? Depende da óptica de análise. Romeu Tuma, por exemplo, atualmente senador da República e ex-policial envolvido em crimes de tortura durante a ditadura militar acha que não. Informa ele em ofício dirigido ao secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que a ação policial (nesse tempo

ele era diretor da Polícia Federal) “Não logrou flagrar ou constatar a ocorrência de crimes à condição análoga à de escravo em nenhuma das propriedades denunciadas ou quaisquer que foram submetidas à vistoria”<sup>4</sup>.

No entanto o sociólogo José de Souza Martins afirma que “neste ano de 1986, quase um século depois da escravidão ter sido extinta por lei, compram-se e vendem-se escravos no Brasil. Desde 1970 até hoje, dados ainda incompletos indicam a ocorrência de 105 casos de cativo. Em 55 deles foram contados 19.713 escravos (dos quais apenas 1.292, conseguiram fugir). A imensa maioria é muito jovem. Vários são os casos de menores de idade escravizados. Em 1970, de quinhentos trabalhadores libertados de uma fazenda no norte de Mato Grosso, cinquenta eram menores. Em 1984, de 160 peões escravizados em fazenda na periferia do Grande Rio de Janeiro, cinquenta o eram. Em 1980, 23 menores resgatados de uma fazenda de Diamantino (MT) haviam sido seqüestrados em Arenápolis (MT), filhos de trabalhadores pobres. Tinham de dez a catorze anos.

O preço varia, continua o sociólogo citado – “Em 1980, um empreiteiro confessou que vendia trabalhadores à Usina de Tucuruí (uma empresa pública) a Cr\$ 3 mil a cabeça. Uma fazenda de Santana do Araguaia (Pará), em 1983 comprava peões de Paraíso do Norte (Goiás) a Cr\$ 40 mil

cada um. Os vendedores são empreiteiros de mão-de-obra, conhecidos como 'gatos'. Mas são freqüentes as empresas legalmente organizadas para tratar desse tipo de comércio.

Informa ainda José de Souza Martins: "É uma forma de escravidão clara e crua. Em 46% dos casos, há expressa referência ao controle dos trabalhadores por pistoleiros profissionais. Numa das fazendas foram encontradas quarenta armas e seis mil balas. A repressão é muito significativa: em 36% dos casos, há informações sobre espancamentos, chicotadas e outras formas de tortura. O tronco, velho símbolo da escravidão, foi encontrado entre outros casos numa fazenda do Paraná em 1975 e numa fazenda do Pará, em 1980. Vários casos referem-se à tortura de trabalhadores que permanecem amarrados a árvores durante horas, ou amarrados sobre formigueiros. Num caso, o trabalhador permaneceu longas horas com os pés e as mãos amarrados a dois animais: se um deles disparasse o peão seria esfaqueado. De 35 trabalhadores escravizados em uma fazenda do Norte de Mato Grosso, onze apanharam de cipó, seis apanharam de cipó, pau, facão, além de terem sofrido o castigo de ficarem três dias sem alimentação. Um trabalhador teve o ânus penetrado pelo cabo da foice. Trabalharam quatro meses sem nada receber. As punições quase sempre decorrem da tentativa de fuga. Caso recente é o

de uma fazenda que a pune cortando o calcanhar do peão”.

Depois de enumerar uma série de provas sobre o trabalho escravo ou semi-escravo no Brasil, José de Souza Martins conclui afirmando: “Num país em que a liberdade da pessoa vale tão pouco, quanto valerá a democracia? Por quanto tempo e para quem? Que democracia pode ser edificada em um país em que milhares de trabalhadores estão reduzidos a condição de escravos, apanham para trabalhar e podem ser vendidos e comprados sem que ninguém moleste os que se aproveitam do seu trabalho? A liberdade que falta a eles falta a todos nós e sua falta contamina e vicia toda a nossa estrutura política”<sup>5</sup>.

Em 1985 as jornalistas Gioconda Mentoni e Virgínia Galvez escreveram em um jornal de São Paulo que também presenciaram a existência de trabalho escravo em fazendas do Brasil. O próprio Ministério do Trabalho, segundo elas, havia recebido 72 denúncias sobre a existência de trabalho escravo, especialmente em estabelecimentos do Norte e Nordeste. As formas mais violentas de coerção extra-econômica, a violência contra esses trabalhadores são normas comuns em grandes parcelas de estabelecimentos agrícolas. As próprias autoridades têm informações dos fatos, mas se confessam impotentes para coibi-los. O ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, segundo as



jornalistas, teria afirmado: “É revoltante. Chego a não acreditar nas denúncias que leio”. Ele foi informado sobre a existência de cárceres privados, castigos físicos, má alimentação e péssima moradia a trabalhadores em fazendas. Esses trabalhadores são arregimentados por promessas, mas não recebem salário. Ganham vales para pagarem alimentação e casa – e devem fazer as compras do próprio fazendeiro. Quando querem fugir são perseguidos e, se capturados são vítimas de açoites ou assassinados”<sup>6</sup>.

Mas, a violência permanente contra a população camponesa no Brasil ainda é vista como “pequenos excessos” que não caracterizam um processo de violência permanente. Aí está a opinião de Romeu Tuma e de outros representantes da ordem jurídico-policial para desmentirem um processo de violência genocídica amparado ou escondido pelas estruturas de poder nacionais. Estratégia que após o massacre de Canudos foi, habilmente camuflada, mas agora se visibiliza novamente nos massacres dos sem-terra e sem-teto expostos periodicamente nos vídeos da TV.

A Coordenadoria de Conflitos Agrários do INCRA-Mirad apurou em 1987 (e a situação até a presente data se mudou foi para pior) a existência de trabalho escravo em 167 propriedades agrícolas do País, entre elas, várias pertencentes a Volkswagen, Bradesco, Atlântica Boa Vista, Camargo

Correia, Votorantim, Maria Pia Matarazzo, Jeremias Lunardelli e Alysson Paulinelli. No entanto não se tem notícias de que uma sequer dessas empresas ou pessoas foram punidas pelo crime.

A estrutura fundiária brasileira e as estruturas de poder que a ela correspondem formam uma unidade, que possibilita a impunidade dos infratores. O relatório “Trabalho escravo” da Coordenadoria de Conflitos Agrários de 1987 expõe com muita clareza a existência do trabalho escravo mas, também a violência como um elemento permanente, integrante dessa estrutura. Segundo o documento as características dos imóveis que exploram o trabalho escravo, 65 são localizados na região Norte. Não há qualquer referência ao Estado do Maranhão o que evidencia as lacunas do documento e a maneira como foi elaborado, 54 são localizadas na região Nordeste, 47 localizadas na região Sudeste e Sul, mais exatamente em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Por outro lado a professora Sônia Helena Guimarães Novais, mostra os dados estruturais dessa realidade de forma mais conclusiva<sup>7</sup>. Mostra que ao procurar-se modernizar a estrutura agrária brasileira ancorada nas grandes empresas, investindo em projetos baseados em grandes propriedades acabou contribuindo para a ocorrência da escravidão do trabalhador rural, um dos aspectos mais

negativos da situação agrária brasileira. Os latifúndios no Brasil detêm uma área de 409,5 milhões de hectares, contra 114,5 milhões correspondentes à soma das terras públicas, seis e meio milhões correspondentes às terras em mãos de estrangeiros e 0,18 milhões pertencentes à Igreja Católica (ver quadros 1 e 1A).

A área total dos latifúndios brasileiros (mais de 4 milhões de quilômetros quadrados) só é menor que a superfície de cinco países: Austrália, Canadá, China, Estados Unidos e ex-URSS.

Os 27 maiores detentores de terras e latifúndios no país concentram um total de 25,5 milhões de hectares, área equivalente à superfície do Estado de São Paulo. Essa área corresponde a 250 mil quilômetros quadrados e é maior que 101 países.

Já os 79 detentores de 276 imóveis rurais superiores a 200 mil ha (45 pessoas físicas e 34 jurídicas) ocupam uma área de 38,9 milhões de hectares, o que dá em média para cada um quase meio milhão de ha. A área total – correspondente a 389 mil quilômetros quadrados é maior do que 117 nações do planeta.

A concentração da propriedade da terra em níveis tão altos – um traço histórico da realidade social do Brasil – foi agravada pelo modelo de desenvolvimento patrocinado pela Ditadura Militar. Um dos mecanismos usado por ela foram os incentivos fiscais que viabilizaram os grandes

projetos agropecuários da Amazônia – a região, aliás, de onde mais chegam as denúncias de escravidão. Isto demonstra como o mecanismo que a Ditadura Militar pretendeu modernizar a estrutura agrária brasileira veio agravar ainda mais o problema camponês.

Essa estrutura fundiária altamente concentrada, arcaica e geradora do poder, para manter-se, evidentemente tem de recorrer a métodos violentos de controle social exercidos contra os camponeses. A violência em todos os níveis é a sua arma preferida e o mecanismo mais comum de se preservar os privilégios dos latifundiários.

### **A perversa face da violência**

A violência é uma arma permanente da qual se recorrem os latifundiários. Ela vai da destruição de roças, invasão de lares, tortura no trabalho, estupro de camponesas, intimidação e assassinatos individuais ou de grupos de trabalhadores no campo. Para isto recorrem a pistoleiros profissionais, capangas, ou mesmo criminosos comuns. A UDR (União Democrática Ruralista) é o braço legal e procura dar cobertura aos crimes e escondê-los ou, em última instância, culpar os próprios camponeses pela violência. Os órgãos de divulgação e comunicação somente se ocupam do assunto quando a violência se visibiliza como nos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, quando a

opinião nacional viu pela televisão camponeses serem executados pelos órgãos da repressão. Mas, a violência cotidiana contra a vida, a honra, a propriedade do camponês, no dia-a-dia, no seu trabalho cotidiano, isto tudo é acobertado pela UDR, o braço político dos latifundiários.

Quando há um fato de repercussão internacional, como o de Chico Mendes, essa violência vem à tona, mas somente enquanto é de interesse da mídia internacional. As coisas voltam à normalidade passada a febre de especulações e esgotado o interesse meramente jornalístico. Mas, não são apenas os camponeses que são vítimas da violência. Ela se concentra também nos seus líderes que são muitas vezes assassinados por agentes dos fazendeiros, quase sempre com a conivência das autoridades e executados pela própria polícia.

Daí a constância dos chamados conflitos de terras que se avolumam à medida que os camponeses se conscientizam e os latifundiários organizam grupos ou milícias de mercenários para iniciarem o enfrentamento armado. É longa a lista de líderes assassinados (ver quadro 4).

Qualquer lista, no entanto, é apenas parcial e o lado visível da medalha. Mas, a estratégia de extermínio atinge os camponeses no próprio processo de trabalho e na impossibilidade de reclamar contra as condições subumanas a que estão subordinados.

Para Aldo Arantes “entre maio de 1980 e fevereiro de 1991 foram assassinados 174 trabalhadores e dirigentes sindicais rurais nesta região (Sul do Pará). A truculência dos latifundiários desta área foi verbalizada por um dos irmãos Carioca, freqüentador assíduo da fazenda do mandante do crime de Expedito, que afirmou ao *Globo Repórter* no programa que foi ao ar no dia 12 de abril: ‘burro só desempaca na espora e posseiro só tem um remédio para ele: bala’”. (ver quadro 5).

O País já tomou conhecimento das macabras listas dos “marcados para morrer”, elaboradas em reuniões de fazendeiros e políticos, indicando a existência do crime organizado na região.

O autor que estamos acompanhando afirma em seguida que “em depoimento prestado no processo que investiga o assassinato de João Canuto, o crime organizado foi denunciado pelo trabalhador João Martins, quando falou da reunião que elaborou a lista para o assassinato de três lutadores em defesa dos trabalhadores: João Canuto (assassinado), Paulo Fontelles (assassinado) e Ademir Andrade. Martins tomou conhecimento de tal reunião por intermédio de seu cunhado, Marcondes Mendonça de Lima, que participou da mesma juntamente com Orlando Mendonça, então prefeito de Conceição do Araguaia; Adilson Laranjeiras, então prefeito de Rio Maria; Elviro Arantes, candidato a

prefeito de Xinguara pelo PDS em 1982 e presidente da UDR da região; o fazendeiro Luiz Arnelas e Jordão Mendonça. Outra lista de “marcados para morrer” foi denunciada pelo próprio Paulo Fontelles, quando ainda deputado. Na época, da tribuna da Assembléia Legislativa do Pará, denunciou a realização de uma reunião em Paragominas para a elaboração de uma lista com oito nomes, entre os quais estava o dele e da atual deputada federal do PCdoB do Pará, Socorro Gomes<sup>8</sup>.

O massacre não se circunscreve ao Pará, mas se generaliza por todas as áreas do território nacional. A essa generalização da violência algumas entidades de Direitos Humanos se manifestam. No particular, segundo a Comissão Pastoral da Terra, houve um aumento significativo de assassinatos no campo, passando de 56 em 1989 para 75 em 1990, com um crescimento de 34%. Destes, 30 foram assassinados na região Norte, 26 no Nordeste, 9 no Sudeste, 8 no Centro-Oeste e 2 no Sul. Na região do Pará houve um aumento de mais de 50% do número de assassinados de lideranças e trabalhadores rurais, aumentando de 14 em 1989 para 30 em 1990.

A região Nordeste, aparece como a segunda área com maior número de assassinados no campo, surge como a região onde foram maiores os números de conflitos por questões de terras. E os

conflitos ocorreram principalmente no Sul da Bahia e Maranhão. Nesses dois estados ocorreram quase todos os assassinatos do Nordeste. (Ver quadros 2, 3 e 4).

Prosegue Aldo Arantes: “No Centro-Oeste a violência também está presente. Inúmeros casos de violência continuam ocorrendo. Em Goiás continuam impunes os mandantes dos crimes de Nativo da Natividade, Sebastião da Paz e outros. No Mato Grosso a violência se equipara à de 1984. O trabalho escravo é encontrado na região e a polícia realiza execuções sumárias. A região sudeste, como indicam os números, não fica fora deste quadro de violências”<sup>9</sup>.

Poderemos ver, assim, que pelo exposto, a situação fundiária no Brasil tem as seguintes características:

- a) Intensa, concentração fundiária.
- b) Existência do trabalho escravo e semi-escravo nesses latifúndios.
- c) Violência sem limites para manter sob controle o descontentamento e o protesto camponês.

E devemos acrescentar a estas três tendências uma outra que as complementa: a impunidade. É um mecanismo acionado através de pressões políticas e econômicas. Com isto, praticamente a Justiça não existe no campo. Juízes venais, máquina judiciária viciada, interesses pessoais dos próprios juízes e de suas famílias determinam que



praticamente a Justiça não exista. No particular ainda Aldo Arantes esclarece que “Os prefeitos nas regiões agrárias são, normalmente representantes dos latifundiários. O resultado disto é que, com raras exceções, a justiça e a polícia fazem “vistas grossas” para os crimes cometidos contra trabalhadores rurais. Exemplo gritante desta situação é o que acontece em Rio Maria. Sendo uma das localidades onde ocorreram o maior número de assassinatos de trabalhadores e lideranças sindicais, até hoje não se realizou ali nenhum Júri Popular”. (Ver quadro 5)

E mais: “No Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, realizado em 1988, chegou-se à conclusão de que dos mais de 1.500 trabalhadores rurais, índios, religiosos, advogados e outros profissionais assassinados desde 1964, somente 6 casos tiveram julgamento na Justiça, sendo que em 3 houve condenação dos executores dos crimes e em outros 3 houve absolvição. Em nenhum dos casos os mandantes foram levados aos Tribunais e na maioria absoluta sequer foram indiciados”<sup>10</sup>.

Como podemos detectar a impunidade é o ato conclusivo dos assassinatos. O exemplo citado não é único. Esses homicídios, respaldados pela impunidade se alastram por todo o país. Dos 1.630 homicídios a Justiça promoveu Júri Popular em apenas 19 casos; destes, somente condenou mandantes em três processos: o da chacina dos índios Xacriabá, em

Minas Gerais e os dos sindicalistas Júlio Rodrigues de Miranda e de Francisco Mendes Filho, no Acre. No Pará, não houve até 1990 um júri popular sequer contra pistoleiros ou latifundiários. Pelo contrário, houve processo e condenação de 13 posseiros e 2 padres em 1982<sup>11</sup>.

Uma realidade escandalosa que revela o nível de corrupção e violência para garantir a impunidade dos criminosos está num caso que registramos, nem por isto o único: Em 2.3.82 foi assassinado em Rio Maria o lavrador Belchior Martins da Costa. Estava desarmado, colhendo arroz, quando foi atacado. Segundo a sua família, pelo fazendeiro Valter Valente, seu genro e dois pistoleiros. No Hospital São Francisco de Assis, a enfermeira que cuidou do corpo informou aos familiares ter contado 140 perfurações, percebendo que havia fratura no pescoço e os olhos haviam sido igualmente perfurados. Colhia arroz com ele o lavrador Luiz Cabeça Branca, que também foi atingido, recebendo alguns tiros, mas sobrevivendo. O inquérito policial desapareceu e nada foi realizado para sanar tal problema”<sup>12</sup>.

Mas, relatar apenas esses casos isolados não caracteriza o conjunto da realidade como ela se desenvolve no campo no Brasil. É preciso que se estabeleça critérios de julgamento dessa situação. E esse julgamento social só se realizará quando o latifúndio desaparecer, com isto democratizando-

se as relações entre as classes e os grupos e as pessoas no campo.

### **De Canudos a Carumbiara e Eldorado dos Carajás: impunidade**

A interpretação que podemos fazer do processo de violências no campo no Brasil é que as elites agrárias para defenderem os seus privilégios centenários, recorrem a todos os métodos selvagens. As estruturas de poder garantem-lhes a impunidade, com isto montando um aparelho terrorista que é aplicado sistematicamente contra os camponeses e os seus líderes. É, portanto, um aparelho político, capaz de impedir qualquer avanço na modernização no campo. Essa modernização que seria uma reforma agrária planejada, é concebida no sentido inverso por essas elites como a modernização do latifúndio, introduzindo reformas tecnológicas, mas, ao mesmo tempo, expulsando cada vez mais a população camponesa para as áreas urbanas, onde ela vai compor a demografia social das áreas gangrenadas das grandes cidades.

Assim, as relações sociais no campo brasileiro (relações latifundiários X camponeses,) têm um conteúdo extremamente violento. As relações de produção herdadas do Brasil Colônia ainda mantêm o seu dinamismo intacto, enquanto uma modernização sem mudança social permite a

imagem de um Brasil moderno e democrático na visão neoliberal. Os fazendeiros, em face deste modelo, podem mandar anualmente os filhos para a Disneyworld enquanto os filhos dos camponeses continuam trabalhando a partir dos 5 anos de idade, em regime de trabalho escravo, como na época da escravidão. Os ritmos de exploração se ampliam à medida que essa modernização é implantada. É um modelo, portanto, arcaico e desumano.

Esta forma despótica como o capitalismo penetra no campo no Brasil ainda não teve uma análise teórica satisfatória. O nosso passado escravista de quase quatrocentos anos não é considerado convenientemente, ficando-se presos a esquemas da dinâmica social criados para a explicação de sociedades com passado econômico bem diferente da sociedade brasileira. O certo é que as relações escravistas deixaram aderências profundas no relacionamento social e a sua presença negativa ao desenvolvimento ainda se farão presentes por muitos anos.

Como se vê, o massacre de Eldorado dos Carajás, assim como o de Corumbiara, já não são um fato deslocado do lugar, mas obedecem a essa lógica diabólica da penetração do capitalismo no campo. Em países dependentes os quais necessitam da violência para manter os seus privilégios e a taxa de lucros capaz de proporcionar poder e riqueza a uma minoria privilegiada. A violência

também é um fator econômico, como já assinalara Marx. Esse processo de modernização tecnológica (penetração do capitalismo no campo) cria as condições para o desemprego da mão-de-obra camponesa e, ao mesmo tempo, a formação de um assalariado agrícola também subordinado à influência das reminiscências da escravidão, constituindo-se um subproletariado rural ainda preso, por uma série de vínculos econômicos e extra-econômicos, culturais e sociais, às relações pré-capitalistas.

A produtividade agrícola, desta forma, não se refletirá em maiores salários para o trabalhador, mas em maior lucro para os donos das terras, dos latifundiários. Acresce notar que o desenvolvimento desse capitalismo se realiza dentro de um contexto de subordinação global no qual está inserido o projeto capitalista brasileiro: dependente dos monopólios internacionais.

## Notas

- <sup>1</sup> Cláudio de Albuquerque Bastos, em livro de sociologia das linhagens - talvez o único no Brasil - escreve que “esta monografia pretende constituir-se em um estudo sobre a influência clânica na política brasileira, tentando mostrar como em determinados casos, algumas famílias, de origem essencialmente portuguesa, vêm tendo predomínio e domínio nos postos executivos do Brasil, desde a época da instalação do sistema de Capitânicas hereditárias em 1534, logo após o descobrimento do país até os nossos dias. Nessas mostras das generalidades do assunto, pretende-se a

delimitação do tema, fazendo-se um estudo, tanto quanto desprezioso, da suposta desarticulação das oligarquias nacionais para, em conclusão, mostrar as perspectivas de um futuro não distante, com base na realidade atual, ou seja, da não desagregação que se teria manifestado, a partir dos efeitos da crise econômico-social de 1929, isto é o princípio de uma revolução global que viria a processar-se no país”. Bastos, Cláudio de Albuquerque: Família & Poder, Belo Horizonte, s/c. 1991, pág. 5.

- 2 Luna, Luiz: Resistência do índio à dominação do Brasil. Ed. leitura, RJ, 1967, pág. 12ss. Ver também: Fernandes, Florestan: Os tupi e a reação tribal à conquista, in Mudanças social no Brasil, Ed. Difusão Européia do Livro, SP, 1960, págs. 287/297. Indispensável a leitura do livro de John Manuel Monteiro: Negros da terra e bandeirantes nas origens de São Paulo, Ed. Companhia das Letras, SP, 1994.
- 3 Enquanto os portugueses já haviam modelado o símbolo do “índio bárbaro”, os franceses ainda alimentavam a visão Iluminista do “bom selvagem” de Rousseau. Além da interferência da visão Iluminista, os franceses, nas suas tentativas de colonização no Brasil ainda necessitavam dos índios para realizarem os seus intentos contra os portugueses como aconteceu na Confederação dos Tamoios. Sobre esta festa, ou representação teatral dos Tupinambás na capital francesa ver: Denis, Ferdinand: Uma festa brasileira, Er. EPASA, RJ, 1944, passim. Sobre a influência do mito do “bom selvagem” em relação ao índio brasileiro ver: Franco. Afonso Arinos de Mello: O índio brasileiro e a revolução francesa. 24 ed., RJ, Ed. José Olímpio, 1976.
- 4 Citado por Figueira, Pe. Ricardo Rezende: Violência no campo, Cadernos CEAS, n° 138.
- 5 Martins, José de Souza: A escravidão hoje no Brasil in Folha de S. Paulo, 13 de maio de 1986. - A situação atual não é muito diferente da do trabalhador amazonense descrita faz quase um século por Euclides da Cunha: “o seringueiro e não designamos o patrão opulento, senão o freguês junjido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia. É o homem que trabalha para escravizar-se. Demonstra-se esta enormidade precipitando-a com alguns cifrões secamente positivos e seguros. Vede esta conta na vida de um homem: No próprio dia em que chega do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Para (35 000), e o dinheiro que recebeu para

preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para, os seguintes utensílios invariáveis: Um bolão de furo, uma bacia, mil tijelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro”. (...) Isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e viveres, rigorosamente marcados, que lhe bastam para três meses: 3 paneiros de farinha de água e 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 6 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o brabo canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$00011. (...) Os ‘Regulamentos’ dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo coisas assombrosas. Por exemplo: a pesada multa de 100\$000 comina-se a estes crimes abomináveis: a) “fazer na árvore um corte inferior ao gume da machadinha” b) “levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada” c) “sangrar com machadinhas de cabo maior de quatro palmos”. Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão “não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada. (...) É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua, dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, as vezes, que não pagará nunca. (...) Fugir? “O Regimento” é impiedoso: “Qualquer freguês ou aviado não poderá retirar-se da propriedade sem que liquide todas as suas transações comerciais”. Fugir? Nem cuida em tal, Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não se aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldarem as dívidas”. Cunha, Euclides da: *À margem da história*, Ed. Livraria Lello, Porto, 1941, págs. 24ss.

<sup>6</sup> Para se avaliar a abrangência da existência do trabalho escravo e semi-escravo no Brasil registramos os títulos de alguns jornais sobre o assunto:

TRABALHO ESCRAVO ATINGE 35 MIL EM SP, AFIRMA SECRETARIA, Folha de S. Paulo, 28 de dezembro de 1986; DOCUMENTO DENUNCIA TRABALHO ESCRAVO EM 167 FAZENDAS, Rosane Garcia, Folha de SP, 27 dezembro de 1986; TRABALHO ESCRAVO É UM PROBLEMA NACIONAL, AFIRMA PAZZIANOTTO, Folha de SP, 29 dezembro de 1986; CEARÁ PEDE QUE PF APURE CASO DE SEMI-ESCRavidÃO, Folha de SP, 16 fev. 1989; PF RESGATA OITO TRABALHADORES DA SEMI-ESCPavidÃO, Folha de SP, 17 fev. 1984. LAVRADORES ALAGOANOS DENUNCIAM ESCRAVIDÃO NO INTERIOR DE SÃO PAULO, O Globo, RJ., 19 de junho de 1987; CPT DENUNCIA AUMENTO DOS CASOS DE TRABALHO ESCRAVO, Folha de SP, 11 abril de 1987; RIO GRANDE DO SUL: EMPREITEIRO AUTUADO POR USAR TRABALHO ESCRAVO por Flávio Porcello, Gazeta Mercantil, SP, 17 de junho de 1988; TRABALHO ESCRAVO, Folha de S. Paulo, 1 de fev. 1987; BROSSARD APURARÁ DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO NO PA, Folha de SP, 29 outubro, 1987; A FUGA DO INFERNO, COM CÃES E JAGUNÇOS NO ENCALÇO: DAMIÃO ESCAPA E É ESCONDIDO PELA IGREJA, O Globo, RJ, 19 abril, 1987; EM RONDÔNIA SURPRESA: DENÚNCIA DE ESCRAVIDÃO E CHACINA, Estado de São Paulo, 8 junho, 1986; AUMENTAM CASOS DE ESCRAVIDÃO NO SUL DO PARÁ, Folha de São Paulo, 14 junho, 1987, POLÍCIA LIBERTA 8 OPERÁRIOS ESCRAVIZADOS POR COREANOS, O Globo, RJ, 8 de agosto, 1987; TRABALHO ESCRAVO EM ANGATUBA, O Estado de São Paulo, 22 de abril, 1986; FAZENDEIRO ACUSADO DE UTILIZAR TRABALHO ESCRAVO É ASSASSINADO, Folha de São Paulo, 11 janeiro, 1989; POLÍCIA EXAMINA DENÚNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, Folha de São Paulo, 20 janeiro, 1989; DPF LIBERA 63 ESCRAVOS DE FAZENDEIRO NO PARÁ, Jornal do Brasil, RJ, 8 de julho, 1986; COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, por Ivanir José Bortot, Gazeta Mercantil, 30 de junho, 1986; TRABALHO ESCRAVO SUBSISTE EM RORAIMA, por Montezuma Cruz, Jornal do Brasil, 5 de maio, 1989 e GOVERNO CONSTATA TRABALHO ESCRAVO NO INTERIOR DO PAÍS, por Gioconda Mentoni e Virginia Galvez, Folha de São Paulo, 3 de outubro, 1985.

<sup>7</sup> Novaes, Sônia Helena Guimarães: Alguns pontos de discussão sobre a questão da Reforma Agrária: o caso Brasil - comunicação



- apresentada na Jornada Internacional sobre Reforma Agrária, Mérida, Venezuela, 1986.
- <sup>8</sup> Arantes, Aldo: *Violência: produto em expansão no campo*, in *Princípios*, n 22, 1991, SP, págs. 18ss.
- <sup>9</sup> Arantes, Aldo: *Loc. Cit.*
- <sup>10</sup> Arantes, Aldo: *Loc. Cit.* As relações entre o latifundiário e o camponês são baseadas na violência e criam formas patológicas de desumanização como no exemplo seguinte: “O número dos que desaparecem sem registro, sem nome, enterrados clandestinamente é muitas vezes superior ao número dos mortos conhecidos. Suspeita-se da existência de cemitérios clandestinos em diversas fazendas. Surgem comentários acerca da descoberta de diversas ossadas no interior das matas. E mesmo nos cemitérios oficiais, nas cidades, o registro é duvidoso. Em 1987, Antônio Bispo dos Santos, posseiro da Fazenda Agropecus, foi assassinado e enterrado às pressas como indigente. Para o reconhecimento do corpo, foi necessária a exumação, já que no registro de óbito constava, no local da identidade a palavra defunto. Nesta mesma época, um coveiro revelou que fora orientado pela polícia para enterrar um lavrador assassinado e fazer constar, no lugar do nome do morto a palavra cachorro. Conferindo no livro de registro dos mortos da funerária lá estava escrito cachorro. Por tudo isso, nenhuma entidade da sociedade civil é capaz de calcular quantos peões têm perdido a vida ao tentar a liberdade”. Pe. Ricardo Rezende Figueira: *Violência no campo*, in *Cadernos do CEAS*, no. 134 junho/agosto, 1991, págs. 13ss.
- <sup>11</sup> Figueira, Pe. Ricardo Rezende: *Violência no campo*. *Cadernos CEAS*. N 134.
- <sup>12</sup> Figueira, Pe. Ricardo Rezende: *Loc. Cit.*



## Capítulo IV

# Depois do massacre de Canudos os camponeses se rearticulam e lutam

*Em que camada foram recrutados os primeiros cristãos? Entre os 'CAÍDOS E OPRIMIDOS', principalmente as mais baixas camadas do povo, segundo convém a um elemento revolucionário. E de que se compunham estas camadas? Nas cidades, de homens livres, de degenerados de toda classe, de gente semelhante aos mennwhites DOS ESTADOS ESCRAVAGISTAS DO SUL, dos aventureiros e vagabundos europeus das cidades marítimas coloniais e chinesas dos libertos e dos escravos em particular.*

F. Engels – “O Cristianismo primitivo”.

Canudos foi um fato emblemático das contradições no campo na sociedade brasileira. Isto porque ele conseguiu criar um modelo de comunidade camponesa que funcionou com êxito enquanto existiu. Emblemático também pela violência como foi destruído e também emblemático pelo heroísmo da resistência dos seus habitantes.

A reação do latifúndio e do Estado republicano pensou imobilizar os camponeses na luta pela terra. A sua destruição fez as oligarquias agrárias suporem que para sempre o problema da terra no Brasil estava resolvido de acordo com os seus interesses.

Tal porém não se verificou. A inquietação camponesa se rearticula de várias maneiras e diferentes pontos do território nacional.

Sem analisarmos aqui o movimento itinerante do cangaço, que é um movimento paralelo (1917-1938) nem movimentos que antecederam a Canudos como os Muckers, no Rio Grande do Sul (1872)<sup>1</sup> temos de considerar o movimento do Contestado (1912-16) como o mais importante protesto camponês surgido no Brasil após Canudos. O problema da terra aqui se apresenta em primeiro plano e surge numa área contestada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná. Entra também em contato e conflito com a penetração do imperialismo no campo. É que há a tentativa de expulsão dos posseiros da região com a chegada, de um lado da Souther Brazil Lumber Colonization Co. e, de

outro a Empresa Farquhar, para a construção de uma ferrovia e a exploração industrial da madeira.

“Em 1912, durante a festa de São Sebastião em Perdizes Grande, diferentes grupos de trabalhadores se uniram a um curandeiro de nome José Maria. Corria pela região uma lenda sobre a existência de um monge que fizera no final do século XIX muitos milagres e curas e deveria ressuscitar em Campos Novos. José Maria, aceito com o santo-ressuscitado, estabelece um acordo com o coronel Henriquinho Almeida, levando o coronel rival Francisco Albuquerque, temeroso de tal aliança, a denunciar o curandeiro como monarquista e proclamador da monarquia em Taquaruçu”<sup>2</sup>.

O início aparentemente é uma rivalidade entre coronéis. Mas, o que está atrás dessa aparência é a vontade dos homens sem terra da região de se fixarem e desenvolverem a sua comunidade camponesa, como já fora tentada em Canudos. Mas isto não é possível e a repressão começa. “Com a repressão, José Maria e seus seguidores retiram-se para Irani. Com um grande número de posseiros, ocupam a região, no Paraná, ocupação considerada como invasão pelos catarinenses.

O comandante da força pública local, coronel João Gualberto, organiza então uma brigada contra os camponeses. José Maria solicita um tempo para empreender a retirada rumo ao Mato Grosso, mas

João Gualberto ataca com uma metralhadora (testada naquele momento contra o refúgio dos camponeses). José Maria é morto, e um pequeno grupo de líderes, 24 cavaleiros, chamados de os Doze Pares de França (designação inspirada no livro *História de Carlos Magno e seus Doze Pares de França*, muito difundido no Brasil), avança sobre as tropas de João Gualberto e, pela luta corpo a corpo, apossa-se da metralhadora<sup>3</sup>.

Este é o início de uma guerra camponesa das mais violentas na América do Sul. Diferentemente de Canudos, os camponeses de Contestado perderam o seu líder José Maria, logo no primeiro combate. Daí as suas lideranças terem de se reorganizar, sem contar com a presença do chefe. E os camponeses resolvem partir para a ofensiva.

“Diferentemente do que ocorrera em Canudos, os componentes do Contestado que haviam perdido seus amigos, líderes e terras, passaram através do conflito a tentar reencantar seu mundo lutando pela defesa da comunidade santa. Lutam contra os coronéis, a política e a construtora da ferrovia, a empresa Farquhar, que, ao exigir a limpeza da área, isto é, a expulsão dos camponeses provoca a ação organizada dos produtores explorados. A ferrovia exigia, como parte do contrato, 10 léguas de cada lado por onde a estrada fosse traçada. Assim iniciou-se o processo de expulsão desses trabalhadores, colonos, posseiros, meeiros

e alguns assalariados que trabalhavam nessa região na produção de erva-mate.

Neste segundo movimento camponês, que para Maria Isaura Pereira de Queiroz era pré-político, o sociólogo Douglas Teixeira Monteiro, embora o qualifique entre os movimentos milenaristas destaca-lhe o conteúdo político. Diz ele “entre os rebeldes, a idéia monárquica era, antes de mais nada, um símbolo que exprimia, primeiramente, a única alternativa política formal que conheciam, em face da República. Se entre os revolucionários de 1893 as aspirações desta natureza eram mais ou menos diluídas, para os combatentes da Santa Religião (muitos deles ex-maragatos), cristalizavam-se em torno de crenças místicas. Não é possível, por isso, dissociar-se esses dois aspectos na análise do comportamento político rebelde.

Que essas convicções tinham um conteúdo político, é inegável. Correspondiam a afirmação armada de uma ordem nova e, mesmo para os que as combatiam, não podiam ser vistas apenas como uma quimera milenarista, pois realizavam-se objetivamente através da conquista da autonomia organizatória com relação ao poder público e da rejeição frontal do sistema social e da ordenação jurídica externos”<sup>4</sup>.

Por isto, de forma conclusiva, escreve ainda Zilda Márcia Grisoli Iokoi que “ambos os conflitos (Canudos e Contestado) estão relacionados à

negação por parte do Estado burguês, de qualquer ação que pusesse em risco o controle sobre a terra, mesmo que esta ação fosse fornecedora de renda e mão-de-obra. A produção só era permitida para o mercado. A população de José Maria se organizou para resistir ao processo de sua liquidação. E, em se organizando para resistir, organizou uma comunidade que não ficou na defensiva, mas avançou. Era preciso lutar e morrer, para ressuscitar e viver. Enquanto Canudos tinha uma estratégia de garantir o seu espaço e impedir a penetração das tropas legais, no Contestado tinha uma proposta mais avançada, porque seus membros invadiam e enfrentavam o Exército nacional, os capangas da companhia e dos coronéis. Para os grupos a resposta foi o massacre, a liquidação absoluta<sup>5</sup>.

Podemos acrescentar para somar-se à solução genocida da democracia capitalista o exemplo da República de Palmares, quando os cidadãos palmarinos foram também destruídos e exterminados pelas tropas mercenárias do bandeirante Domingos Jorge Velho. É uma estratégia terrorista dos dominadores de plantão contra qualquer forma de organização da plebe para emancipar-se das formas de trabalho e exploração a que está submetida no latifúndio, quer escravista, quer oligárquico.

Um exemplo desses movimentos organizativos camponeses, os quais vão muito além da simples



demonstração de descontentamento individuais ou grupal será encontrado no território livre de Formoso, entre os anos de 1948 a 1964. Este já não poderá ser mais chamado de messiânico porque a proposta política vinha explícita a era transparente a liderança do Partido Comunista do Brasil no movimento. Foi um verdadeiro território livre em pleno espaço latifundiário. O território livre é organizado numa área de quase dez mil quilômetros quadrados, no Estado de Goiás. É um movimento de posseiros que passou a ocupar os vazios demográficos da região. A atuação desses camponeses foi muito intensa, com táticas políticas alternativas, permitindo isto resistirem dez anos (1948-1964). O território Livre de Formoso era praticamente um território independente, dominava o território de Trombas “Estabelecendo uma comunidade livre da estrutura de poder do Estado Nacional. Esses trabalhadores rurais de origem nortista encontravam-se em Goiás, na região de Pedro Afonso, desde o final de 1948, e tinham como líder José Porfírio, que sofrera uma série de violências dos grileiros das terras que ocupava. Os conflitos eram muitos, mas os grupos se organizavam em mutirões, tanto para abrir novas frentes de posseiros como para guarnecer, através de homens armados as terras conquistadas na luta”<sup>6</sup>.

Os trabalhadores rurais que aí se organizaram fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso

e Trombas com o objetivo de administrarem as terras ocupadas e a sua produção. Viabilizava-se um projeto de autogestão camponesa tendo como ponto central político o Partido Comunista do Brasil. Esse projeto, no entanto, é abandonado em consequência de injunções políticas e a tática do Partido e, ao mesmo tempo, pelo aumento da repressão armada, tendo o Estado enviado tropas para combatê-los. Nessa época o Partido Comunista defendia a aliança com a burguesia nacional, ou pelo menos com a burguesia progressista e isto justificou teoricamente o seu acordo com o então governador de Goiás, Pedro Ludovico, no sentido de apoiar eleitoralmente o seu filho à governança do Estado em troca da retirada das tropas do Estado do território dos camponeses.

Com esta tática de neutralização do avanço revolucionário, mas por outro lado, sem serem destruídos naquilo que já havia sido conquistado, os camponeses liderados por João Porfírio conseguem sobreviver como território livre e um governo popular.

Esse movimento, no entanto, será definitivamente esmagado com o golpe militar de 1964 quando o seu líder é preso e depois de solto desaparece definitivamente nos subterrâneos da repressão em 1973<sup>7</sup>.

O período de 1950 até o estrangulamento dos movimentos camponeses feitos pela ditadura

militar, é rico em movimentos no campo, como o de Porecatu, no Paraná. Movimento de posseiros que eram sistematicamente expulsos de suas terras pelos grileiros da região. No final de 1950 “sob a liderança de José Billar a região oeste vive um processo de guerrilha, sendo a ação política definida pelo Comitê Regional do Partido Comunista de Londrina, no Paraná, e em Presidente Prudente e Assis, no Estado de São Paulo

O movimento camponês no interior de São Paulo, na região de Tupã, no mesmo período termina com a chacina dos líderes Marma, Rossi e Godoi.

Outros movimentos no campo dinamizam-se como em Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Em Beltrão, segundo José de Souza Martins, 4.000 camponeses expulsaram as autoridades e tomaram o poder, controlando inclusive estações de rádio.

Ainda segundo Zilda Márcia Gricoli Iokoi “também em Santa Fé do Sul, no sudoeste de São Paulo, conflitos ocorreram. Nessa região, segundo Vera Chaia, os arrendatários que compunham a frente pioneira, ameaçados de serem expulsos das terras após o fim dos arrendamentos, lutavam também sob orientação do Partido Comunista. Esses arrendatários procuravam ampliar seus contratos, uma vez que já haviam perdido suas terras no Nordeste do Brasil. Eles eram migrantes

contratados para a derrubada da mata e plantio do capim para formar pasto, entre outros trabalhos”.

Apesar da disposição de luta eles foram expulsos e os seus líderes presos.

Na região de Araçatuba (Estado de São Paulo), surge na década de 1940 outro movimento camponês na fazenda Primavera. Muitos outros conflitos esporádicos continuam nas regiões da Bahia, Pernambuco e Goiás.

Em Pernambuco organiza-se um movimento que depois terá repercussão nacional: o movimento das Ligas Camponesas criadas por Francisco Julião. Surgiu das reivindicações dos trabalhadores agrícolas do Engenho Galiléia e sobre essa organização assim se refere Francisco Julião, um dos seus executores: “No Brasil, há muitos anos tiveram início as organizações camponesas. A maior parte das tentativas foi orientada no sentido de constituir sindicatos rurais. Houve bom impulso, no início, mas não chegaram a vingar. Muitos não resistiram à pressão do poder econômico e desapareceram. Em Pernambuco, eles nasceram em Escada, em Goiana, em Pau D’Alho e outras cidades. Milhares de trabalhadores, atenderam ao seu chamado. A reação não se fez esperar. Caiu de chofre sobre os camponeses. Os sindicatos não conseguiram registro nem carta patente, não obstante as promessas de Vargas e de todos os ministros do Trabalho das últimas décadas. Por fim,

arrefeceu-se o ânimo dos trabalhadores e os sindicatos agrícolas morreram quase ao nascer.

Em 1955 – prossegue Francisco Julião – surge a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galiléia”. Esta iniciativa coube aos próprios camponeses do “Engenho da Galiléia”, município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife”. (...) Diante desta elementar prova de organização camponesa os latifundiários se articulam no sentido de impedi-la, iniciando uma campanha ideológica, taxando-a de comunista. “Começam, sem tardar – prossegue Francisco Julião – as intimidações as chamadas à Delegacia de Polícia, à presença do Promotor, do Prefeito, do Juiz, procuram isolar os mais responsáveis como Manoel Gonçalves, João Vergílio, José Braz de Oliveira, entre dezenas de outros. O cerco apertava-se, dia após dia”<sup>8</sup>.

Depois de iniciar, na qualidade de advogado a causa dos camponeses, Francisco Julião trava “verdadeira batalha judiciária entre os camponeses da “Galiléia” e os proprietários. Durou anos. Esteve no noticiário da imprensa”. (...) Essa batalha terminou com a vitória dos camponeses, não junto aos Tribunais, porém na Assembléia Legislativa, a qual votou a desapropriação da “Galiléia”. (...) Foi uma peleja cheia de lances inesquecíveis. Os camponeses das ligas mais atuantes (“Galiléia”,

“Limão”, “Espera”, “Cova da Onça”, “Miroeira”) desceram sobre a cidade do Recife. Eram três mil. Concentraram-se desde o amanhecer em torno da Assembléia Legislativa. A batalha durou todo o dia e entrou pela noite. Houve passeata até o Palácio do Governo. O governador desceu as escadarias para falar aos camponeses”. (...)

Finalmente a lei foi aprovada. Mas, ainda segundo Francisco Julião, “Durou pouco a alegria dos galileus, não tardou que o mesmo governo que sancionara a lei incorporasse as terras da Galiléia a uma “Companhia de Revenda e Colonização”, criada especialmente para combater as Ligas, ao invés de entregá-las aos camponeses, dispostos a explorá-las por meio de uma cooperativa”.

Mas, as contradições no campo não se resolvem através de simples opções no quadro das variadas soluções que elas oferecem. Como essas contradições são radicais, as medidas mais aproximadas da sua solução também o são. Daí ser ilustrativo o registro desse episódio narrado por Francisco Julião da seguinte forma: “Em novembro do mesmo ano de 1955, ano do nascimento das Ligas, um grupo de camponeses do município de Goiana (Pernambuco) repeliu à bala a polícia que os agredira, fazendo várias vítimas. Esse episódio teve como herói o velho João Tomás. Era o recrudescimento da reação contra o despertar da massa camponesa. Não se sabe o destino que tomou o velho João

Tomás, já com dois outros irmãos assassinados por capangas e policiais nas usinas “Santa Teresa” e “Maravilha”. O desaparecimento do líder João Tomás não é registrado como um componente da violência, mas se dilui imperceptivelmente no texto.

Mas, isto que na realidade empírica se dissolve num caso individual, sem continuidade na estrutura e na dinâmica, pode ser sociologicamente explicável através de uma análise dos objetivos finais das ligas camponesas.

As lutas dos camponeses brasileiros, ou melhor, a luta pela terra do homem que viva no campo, podem ser divididas historicamente em três módulos básicos a que de qualquer forma conseguem a articulação e desarticulação da estratificação social e da mudança social provocada. A primeira é a luta dos escravos formando quilombos, com uma economia e uma cultura paralelas, e durou até o fim da escravidão. O segundo módulo vem dos movimentos posteriores a Palmares e a Cabanagem no Pará até os movimentos de Canudos e Contestado. Neles, a massa camponesa procurava formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo. Essas tentativas de um modelo alternativo à estrutura latifundiária, organizando os camponeses nesse tipo de comunidade vai de Canudos e comunidades do beato Lourenço ao Contestado e termina na experiência do território

livre do Formoso, liderado por José Porfírio. Esses projetos criativos de um novo universo social, procuravam dinamizar internamente as comunidades, ordená-las socialmente, estratificá-las independentemente dos valores e do ordenamento de estratificação da sociedade maior.

Em última instância, criaram um Poder paralelo ao da sociedade maior.

No caso das Ligas Camponesas o fenômeno se processa dentro de uma dinâmica bem diferenciada. A sua função é unir o direito dos homens do campo a uma força do Estado que obrigue a que esse direito já existente passe a ter função e fosse cumprido. Em outras palavras: tem um papel integrativo, isto é, ao invés de criar um direito alternativo, contestatório, o que elas querem é ser legitimadas social e juridicamente. Essas duas funções diferenciadas entre os movimentos de Canudos e Contestado de um lado e das Ligas Camponesas, de outro, é que explica os modos de comportamento também diferenciados. É que os movimentos anteriores às ligas criavam valores diferenciados à sociedade abrangente, enquanto as Ligas Camponesas procuravam criar ou fazer funcionar mecanismos que as integrassem no Direito tradicional da sociedade capitalista.

Em resumo: os movimentos anteriores às ligas eram revolucionários e o das ligas camponesas eram um movimento reformista.



Isto, porém, não tira o seu mérito e a sua função dentro de uma análise sociológica mais correta. O certo é que, em função da composição inicial, essas ligas desejavam integrar-se social e juridicamente ao sistema burguês capitalista existente. O seu papel era conseguir, ou ver se conseguia, através de elementos legais modificar a estrutura agrária dentro da ordem, mas, ao mesmo tempo utilizam um elemento de intimidação social quando diziam que a reforma agrária seria feita “na Lei ou na marra”, como palavra de ordem adjetiva.

É interessante notar, para uma análise posterior desses acontecimentos sociais e políticos e como eles se encaminharam na direção de um dilema que os colocaram em uma posição politicamente ambígua, exatamente esta função integrativa na ordem a que os diretores das Ligas se propuseram.

As Ligas Camponesas, se realizassem os seus objetivos programáticos conseguiriam estabelecer o capitalismo no campo pela via democrática. Mas, a ordem oligárquico-latifundiária não podia permitir esta mudança e, em aliança com as forças conservadoras internas e o imperialismo compôs-se para impedir essa mudança social no setor agrário, pois isso representava fragmentar as bases e as fontes do poder político oligárquico. Esses fatores conjugados levaram ao golpe militar de 1964.

A experiência das Ligas Camponesas e o seu esmagamento terrorista após o golpe, com a morte de milhares de camponeses no interior do país, especialmente no Nordeste veio demonstrar como o tecido social na área camponesa ainda era frágil e desorganizado. De qualquer maneira foi uma tentativa válida e criou na população camponesa uma consciência crítica que nem as medidas repressivas, muitas vezes genocidas do latifúndio conseguiam apagar. Ficou como uma experiência na consciência, social da população camponesa. Muitos dos seus líderes foram assassinados ou “desapareceram” sem deixar vestígios dos crimes praticados contra eles. Era como se o setor camponês no Brasil deixasse de existir como agente social dinâmico. Estabeleceu-se a paz dos cemitérios.

## Notas

- <sup>1</sup> Sobre os Mukers ver especialmente: Amado, Janaina: Conflito social no Brasil - a revolta dos “Mucker”, Ed. Símbolo, SP, 1978; Schupp, Pe Ambrósio: Os Muckers - episódio histórico, Livreiros editores Selbach & Mayer, Porto Alegre, s.d. e Petry. Leopoldo: O episódio do Ferrabraz (Os Mucker), Editora Rotermund. S. Leopoldo, 1957. Sobre o movimento do Contestado ver Queiroz. Maria Isaura Pereira de: La I”Guerre sainte” au Brésil: lê mouvement messianique du “Contestado”, Fac. de Filosofia Ciências e Letras, Boletim n° 187, SP, 1957; Monteiro, Duglas Teixeira: Os errantes do novo século, Ed. Liv. Duas cidades, SP, 1974; Queiroz, Maurício Vinhas de: Messianismo e conflito social. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1966, Cabral, Oswaldo R.: João Maria - interpretação da Campanha do Contestado, Cia Editora

- Nacional, SP, 1960; Nascimento, Noel: Casa Verde (Guerra do Contestado) Ed. Lítero-técnica Ltda. Curitiba, s/d., e Derengoski; Paulo Ramos: O desmoronamento do mundo jagunço, FCC-Ed., Florianópolis, 1986. No nível ficcional, em relação ao movimento do Contestado, ver o romance de Aracyllo Marques “Demônios do Planalto” no qual o autor faz conexão entre esse movimento e o de Canudos através de um personagem no qual, no seu imaginário une esses dois fatos através das prédicas do Conselheiro levadas para a região do Contestado. Marques, Aracyllo: Demônios do Planalto, Ed. Cátedra, RJ, 1995.
- 2 Iokoi, Zilda Márcia Gricoli: Lutas sociais na América Latina, Ed. Mercado Aberto, RS, 1989, pág. 69.
  - 3 Iokoi, Zilda Márcia Gricoli: Op. Cit.
  - 4 Monteiro, Duglas Teixeira,: Os errantes do novo século, Ed. Nova Cidade, SP, 1974, pag. 110.
  - 5 Iokoi. Zilda Márcia Grícoli: Op. Cit. pág. 71.
  - 6 Op. Cit.
  - 7 José Porfírio de Souza, militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Líder camponês da revolta da região de Trombas de Formoso. Nasceu em 27 de junho de 1912, em Pedro Afonso, Estado de Goiás. Casado duas vezes, teve 18 filhos dos dois casamentos. Era pequeno proprietário. Desaparecido desde 1973 quando tinha 61 anos, militou no PCB, AP e PRT. Ajudou a criar a Associação dos Trabalhadores Camponeses de Goiânia (1962) e foi um dos organizadores do Congresso dos Camponeses de Belo Horizonte (1963). Foi cassado com o AI - 1, de abril de 1964. Deslocou-se para o sul do Maranhão, onde foi preso na fazenda Rivelião Angelical, em 1972, e levado para Brasília. Foi solto no dia 7 de julho de 1973, tendo ido almoçar com sua advogada Elizabeth Diniz. Esta levou-o até a Rodoviária de Brasília, para embarcar no ônibus que o levaria até Goiânia, já tendo inclusive passagem comprada. Depois desse encontro, José Porfírio nunca mais foi visto. Era pai de Durvalino de Souza, também desaparecido. Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, Recife, 1995, págs. 327/328.
  - 8 Julião, Francisco: Que são as Ligas Camponesas? Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1962, pág. 23. As demais citações são do mesmo livro.



## Capítulo V

# A fênix renascida? – O Movimento dos Sem Terra

*Em 1896 há-de rebanhos mil correr da praia para  
o sertão.*

*Então o sertão vai virar praia, e a praia vai  
virar sertão.*

*Em 1897, haverá muito pasto e pouco rasto, e um  
só pastor, e um só rebanho.*

*Em 1898 muitos chapéus e poucas cabeças.*

*Em 1899 ficarão as águas em sangue.*

(Manuscrito encontrado nas ruínas de  
Canudos após a sua derrota final)

A dinâmica da contradição fundamental e substantiva no campo, porém, continuou sendo determinada pelas relações conflitantes entre os camponeses, os latifundiários e os capitalistas agrários. É verdade que, durante esses mais de vinte anos de ditadura militar houve um processo de diversificação e modernização tecnológica no campo, como a substituição de produtos de exportação como por exemplo o do açúcar e outros gêneros pela soja, que passou a ser visto como o produto que poderia salvar a nossa economia de exportação. Paradoxalmente, porém, para o camponês a sua situação piorou nas áreas de saúde pública, educação, assistência social e lazer. Os antigos colonos, camponeses moradores nas fazendas foram substituídos pelos “bóias frias”, trabalhadores alugados sem nenhuma garantia trabalhista, contratados na periferia gangrenada das grandes cidades, criando-se uma categoria nova de trabalhadores lumpenizados ainda vivendo em condições subumanas.

A divisão do trabalho neste contexto estrutural continuou praticamente a mesma, já que o aparelhamento tecnológico modernizante atingiu apenas algumas camadas não significativas do trabalhador rural. E quando isto aconteceu significou a diminuição de empregos e frentes de trabalho, em consequência da operacionalidade das máquinas usadas na obtenção do lucro máximo que tomaram os lugares dos camponeses.

A ditadura militar estabeleceu uma estratégia de dominação na área rural baseada no terror social e militar. As organizações camponesas foram destruídas, seus líderes assassinados ou “desaparecidos”, como foi o caso de João Porfírio. Como afirmam Stédile e Sérgio “a repressão foi de tal ordem que todas as três organizações foram destroçadas. Acabaram. Persistiram apenas, muito debilmente alguns sindicatos de trabalhadores rurais, que mudaram completamente suas atividades e passaram a ter um caráter basicamente assistencialista. Esse caráter assistencialista dos sindicatos foi reforçado quando, em 1971, o general Médici criou o Funrural, para a previdência no meio rural, e transferiu suas atividades burocráticas para dentro dos sindicatos. Tanto é que até hoje, muitos sindicatos são confundidos pelos trabalhadores como escritórios do Funrural”.

O sentido social da reforma sofreu, com isto, uma transformação quer no seu sentido teórico quer na prática política dos camponeses. No sentido teórico a produção acadêmica passou a ver as modificações que deveriam ocorrer no campo como uma questão técnica, sem nenhuma vinculação com a política, e, na prática camponesa, na despolitização dos seus problemas e a procura de soluções individualistas, quer migrando para as grandes cidades, quer procurando as soluções induzidas pela ditadura. Dizem os mesmos autores

que “foram então (os camponeses) em busca de saídas individuais: num primeiro momento buscaram a colonização da região amazônica. Também sob influência da propaganda oficial, que prometia terra em abundância às margens das grandes rodovias da região: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho. Milhares de famílias chegaram à Amazônia, no início da década de 70. Mas os problemas da colonização espontânea induzida ou oficial, logo apareceram. Falta de estradas, de condições de produção, falta de assistência social, abandono total dos migrantes à sua própria sorte e, entre os muitos problemas, logo destacou-se um: Fazendeiros e empresas do sul, estimulados por incentivos fiscais do governo (a possibilidade de aplicar o dinheiro do imposto de renda em fazendas na Amazônia, passaram a comprar títulos de terra na região Amazônica). Acontece que muitas áreas cobiçadas pelas empresas já estavam ocupadas por trabalhadores, por posseiros, e a maioria deles não possuía título de propriedade da área onde viviam e trabalhavam há anos”<sup>1</sup>.

Essa nova contradição iria reordenar o processo de luta de classes: a luta dos posseiros contra os fazendeiros e empresas, muitas delas transnacionais. Ainda segundo os autores que estamos acompanhando “multiplicam-se os conflitos, a maioria deles com mortes, queima de plantações



e das casas dos posseiros. E os posseiros não tinham a quem recorrer. Defendiam-se como podiam, na maioria das vezes de forma muito individualizada ou em pequenos grupos, pois as condições geográficas da região tinham também dispersado a população ao longo das estradas e rios.

Destes fatores e outros a ele conjugados – objetivamente a luta de classes no setor agrário, – surgiu o Movimento Sem Terra. Não vamos analisar aqui os diversos aspectos empíricos e ideológicos que participaram da elaboração do seu programa e das suas metas estratégicas. Pelo contrário. Usando a obra que estamos acompanhando, vamos seguir, através da sua própria ótica, como ele se apresenta politicamente perante a sociedade civil. Antes de historiarem a origem do movimento eles explicam o que é um “sem terra” para o movimento. Incluíam nessa categoria:

Parceiro: é aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda uma terra de outro e faz uma parceria; ele entra com o trabalho, com ferramentas, às vezes com sementes. E o proprietário com a terra, às vezes com sementes, adubo, etc. E na colheita dividem a produção: quando é metade para cada um, são conhecidos como meeiros. Às vezes o parceiro paga 30% do que colhe ao proprietário e assim por diante. Mas o pagamento é sempre parte do produto colhido. E as divisões e condições são as mais variadas possíveis.

Arrendatário: é aquele agricultor que trabalha com sua família e arrenda uma terra por um preço fixo combinado, que pode ser pago em dinheiro ou em produto. É independente do volume da colheita naquela área. Existem também grandes arrendatários que arrendam grandes extensões de terras, para cultivar com máquinas etc. Esses são conhecidos como arrendatários-capitalistas e, obviamente, não são considerados “sem terra”.

Posseiro: é aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra. Na maioria das vezes a terra é do Estado ou também, sem ele saber, pode ser de um proprietário qualquer. A maior parte dessa categoria encontra-se na região norte do país, nas regiões de fronteira agrícola.

Assalariado rural: é aquele agricultor que não trabalha por conta, apenas vende seus dias de serviço a um fazendeiro qualquer. Existe um grande número de arrendatários, parceiros, pequenos proprietários que, para sobreviverem, também se assalariam em algumas épocas do ano. Segundo alguns estudos, uma grande parte dos assalariados, em torno de 60%, deseja possuir terra própria e luta pela reforma agrária.

Pequeno agricultor: é aquele agricultor que trabalha com sua família, mas possui uma parcela muito pequena de terra, por exemplo, menos de 5

hectares, e com isso não consegue sobreviver e sustentar sua família. Por isso, almeja terra e é considerado um “sem-terra”.

Filhos de pequenos agricultores: são aqueles agricultores filhos de pequenos proprietários, que só podem possuir até 50 hectares mas que não têm condições de se reproduzir como pequenos proprietários e, portanto, passam a ser sem-terra, quando constituem novas famílias.

Somando-se todas essas categorias sociais que compõem os sem-terra, segundo dados oficiais do IBGE, totalizam 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais, que são os sem-terra”<sup>2</sup>.

Dentro dessa concepção teórica da estratificação social no campo, os sem-terra iniciaram a sua mobilização, fazendo com que, à medida que os conflitos diferenciados entre os possuidores de terra e os sem-terra se aguçassem a ação dinâmica se apresentasse para organizá-los. Daí eles próprios não terem uma data precisa para dizer quando começou. A própria dialética da realidade no campo foi o motor que determinou a sua dinâmica. Diz, por isto, os autores citados que “a história do movimento Sem Terra não possui uma data específica de início. Por ser um movimento social, que reúne milhares de trabalhadores rurais, seu surgimento teve várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978”<sup>3</sup>.

“A partir desta data, aconteceram em vários estados muitas lutas de agricultores sem-terra, que se reuniam, discutiam seus problemas e se organizaram para, de forma coletiva, conquistarem uma área de terra. Assim, multiplicaram-se inúmeras ocupações de terra, em diferentes regiões. Para exemplificar os fatos mais conhecidos: no Rio Grande do Sul, as primeiras ocupações aconteceram quando cem famílias ocuparam a Fazenda Macali, em Ronda Alta e, em seguida, mais 240 famílias ocuparam a Fazenda Brilhante. A maioria dessas famílias era oriunda de um outro conflito de terras: os índios Kaingang haviam expulsado, de sua reserva de Nonoai, cerca de 1.400 famílias que viviam como posseiros. Parte deles foi para Mato Grosso, parte foi para as cidades e parte resolveu então a lutar por terras no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina a primeira ocupação aconteceu no município de Campo Erê, na Fazenda Burro Branco. No Estado de São Paulo, havia um conflito na Fazenda Primavera, no município de Andradina, que foi então ocupada por mais de trezentas famílias. No Mato Grosso do Sul também proliferaram conflitos, em que os fazendeiros tentavam despejar centenas de famílias que viviam como parceiros nas fazendas e estes mesmos passaram a ocupar as terras.

No Paraná, a retomada da luta pela terra se deveu à construção da Barragem de Itaipu, que

inundou as terras de mais de mil famílias na região fronteira com o Paraguai. A única proposta para a Itaipu era a indenização em dinheiro. Muitos aceitavam. Mas um grande número de famílias iniciou então um movimento: “Terra e Justiça”, em que reivindicavam o pagamento da indenização em terras, no estado do Paraná, e melhores preços por suas benfeitorias e áreas inundadas. Em outros estados como na Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, também aconteceram ocupações de terras por parte de famílias que se organizaram para isso, juntando centenas de pessoas”<sup>4</sup>.

Essas ocupações passaram a ser a forma típica de efetivação da posse da terra. Não apenas o camponês, mas a sua família: mulher, filhos, parentes. Formavam um grupo social o qual por vínculos de parentesco se consideravam proprietários. Dai até a sua articulação em um movimento organizado, de âmbito nacional foi razoavelmente fácil.

Em 1984 realiza-se em Cascavel (estado do Paraná) o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. Depois disto o MST articulou-se em praticamente todos os estados do Brasil, sendo, atualmente (1997) a mais representativa e organizada corrente social e política na dinâmica da sociedade brasileira. É um movimento que transcendeu em muito os objetivos da reforma agrária, para se apresentar perante a sociedade civil como a

corrente que tem uma proposta de modernização da nação brasileira objetivando integrar o campo e a cidade em um só organismo social articulado mutuamente, fazendo desaparecer ou pelo menos atenuar as profundas distorções que a alta concentração de rendas – no campo e nas cidades – cria para a sociedade brasileira.

A marcha sobre Brasília, abril de 1997, veio demonstrar como esse movimento rural conseguiu apresentar-se diante da sociedade global como aquele em cujos objetivos o povo mais se identifica. Pela primeira vez um movimento político vai à Capital Federal e impõe o seu ritmo de conversação com o governo em pé de igualdade. E mais: incorpora ao discurso político em circulação um projeto global para resolver os problemas sociais mais agudos acima dos discursos dos demais partidos. (ver Carta de Brasília, anexo1).

O MST incorpora, hoje em dia, o que é de mais confiável, novo, na política. Isto por quê? É um movimento que traz como patrimônio o sacrifício de vários dos seus membros, mas assimilando, por outro lado a parte heróica do sacrifício, nunca se apresentando como um movimento derrotado. Pelo contrário. Ele aproveita-se politicamente desse enfrentamento com as forças latifundiárias para mostrar a toda a sociedade a necessidade de se mudar a estrutura fundiária brasileira. Os mortos de Eldorado dos Carajás e de outras regiões são

cobrados politicamente e apresentados como símbolos emblemáticos do arcaísmo social do Brasil. Cada vez que se assiste na televisão uma agressão que termina em morte da população camponesa, todos nós paramos para uma reflexão do que representa o movimento sem-terra. As condições de vida, a pobreza em que se encontram, a perversidade política dos donos das terras, tudo isto é visto e comparado. Daí o problema da reforma agrária está hoje em dia posto em discussão nacional, com o respaldo da opinião pública, segundo mostram as pesquisas em todo o território nacional.

A ocupação das terras foi aprovada pela sociedade civil como instrumento de reivindicação por 85% dos entrevistados em pesquisa feita no ano de 1997 e 74% consideravam a política de ocupações como importante para chamar a atenção; 94% disseram que o MST deve lutar pela reforma agrária; 77% consideram o MST como um movimento legítimo e 88% pensam que o governo deve confiscar as terras improdutivas e distribuí-las. É a situação do que o Brasil tem de atraso, colonial, pré-capitalista, semi-escravista que estava oculto, escondido, escamoteado, negado que vem à tona e surpreende, revolta e apavora o homem comum no Brasil, os intelectuais e artistas e os políticos dos partidos democráticos, progressistas e revolucionários.

Por tudo isto, o MST incorpora o que há de novo na política. E há um outro detalhe importante: ele reabilita o radicalismo político que foi abandonado pelo oportunismo de todos os partidos que vivem do jogo (sujo) eleitoral e, em face desse mecanismo regulador oportunista abandonam o radicalismo revolucionário por um falso discurso apaziguador, anódino, sem perspectivas de polemizar os problemas mais agudos e as contradições mais abrangentes que o capitalismo neoliberal produz na sua perversidade irreversível se não for enfrentado radicalmente pelas forças socialistas, democráticas e excluídas.

O MST, por outro lado, ao que sentimos na sua dinâmica política, está isento do oportunismo sindicalista. O movimento sindical transformou-se, em grande parte, em uma ponte para eleger líderes sindicais ao Parlamento, onde eles sem função específica de classe se perdem no mesmo oportunismo do Congresso Nacional, ele também transformado em um lobby institucionalizado das transnacionais e do que há de mais socialmente retrógrado e atrasado no país. Não é mais representativo da sociedade civil. Por tudo isto, o MST, conforme afirmei anteriormente, representa o discurso e a atividade prática do que há de novo na nossa vida política. Até quando e até que nível ele conseguirá conservar e dinamizar esta posição de inde-



pendência é assunto para se discutir à medida que ele evoluir.

Isto, no entanto é difícil de prever. Irá depender da evolução interna do próprio movimento.

Se o movimento sem terra assimilar e passar a agir de acordo com os interesses de lideranças oportunistas e reformistas dessas entidades, em um período de tempo relativamente próximo será um movimento olhado pela opinião popular com as mesmas reservas das entidades e partidos tradicionais. Haverá uma visão crítica da sociedade não contra o latifúndio e os latifundiários mas em relação ao MST. E esta inversão de análise, para nós, irá também influir no julgamento que a sociedade brasileira tem dos seus líderes. Os estereótipos usados contra os líderes sindicais, deputados, sindicalistas, políticos dos partidos tradicionais serão transferidos para os líderes do MST e da grande massa, que milita no mesmo.

A trajetória independente do MST certamente não será fácil. Mas poderá ser, de qualquer maneira, aquela força que poderá ser o eixo político capaz de unir e dinamizar os trabalhadores das cidades e do campo para iniciar uma nova etapa da sociedade brasileira em direção ao socialismo. Veremos.

## **O discurso atual do MST**

Segundo Stedile e Frei Sérgio, os objetivos do MST são claramente definidos. Para eles “o

objetivo de lutar por terra busca atender a uma necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem terra. O “sem terra” aspira à terra como uma oportunidade de trabalho. Como uma garantia de sobrevivência para ele e para os seus filhos”. (...) Nesse sentido, almeja a terra como forma de sobrevivência econômica, tem um caráter de luta corporativa, sindical. A exemplo de quando os operários industriais lutam por melhores salários, lutam apenas por melhorar suas condições de sobrevivência”<sup>5</sup>.

Mas, os autores, ao exporem a estratégia política no seu conjunto extrapolam do nível sindicalista e afirmam que “o segundo objetivo que é a reforma agrária é um objetivo amplo. Se entende por reforma agrária um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura latifundiária do país, e garantir terra a todos os agricultores que quiserem trabalhar. Além disso, medidas complementares de política agrícola, como crédito, preços, assistência técnica, seguro rural etc., necessárias para garantir a viabilidade e a rentabilidade da pequena produção. Logo, lutar pela reforma agrária é lutar por mudanças na agricultura brasileira que vão atingir todos os trabalhadores rurais, e não apenas aqueles que estão lutando agora, imediatamente, para resolverem seus problemas de sobrevivência. E então um objetivo de maior amplitude, de cunho social, que

interessa não somente aos “sem terra”, mas a todos os trabalhadores rurais, e também aos trabalhadores urbanos”.

Finalmente, apresentam os objetivos estratégicos finais, o que implica na sua definição em face da sociedade civil e às demais organizações políticas quando dizem: “O terceiro objetivo do Movimento Sem Terra é lutar por uma sociedade mais justa. Uma sociedade sem exploradores e explorados, como diz sua carta de princípios. Como se vê, esse objetivo tem um claro caráter político, pois está relacionado com a organização da sociedade e com o poder político entre suas aspirações de classe. A argumentação é simples, A implantação de uma reforma agrária ampla, que realmente faça mudanças na estrutura da propriedade da terra e na forma como está organizada a produção na agricultura, somente acontecerá com mudanças no atual poder político, com importantes mudanças sociais. Uma reforma agrária depende essencialmente de vontade e da força política por parte do governo. E seguramente somente será realizada por um governo claramente identificado com os interesses das camadas populares, especialmente os trabalhadores rurais e urbanos. Desta forma, lutar por reforma agrária no Brasil é também lutar por mudanças sociais e políticas no país”.

Pelo exposto, três são os níveis de luta do MST, sendo que o último implica numa mudança do

tipo de Poder na sociedade brasileira. O isolamento, as limitações dos movimentos camponeses até então apresentados como obstáculos que impediam a elaboração de um projeto nacional vindo dos camponeses parece que foi transposto na proposta do MST.

Isto tem um significado teórico substancial. Pela primeira vez vemos o discurso camponês transcender aos seus interesses limitados de classe e faz uma proposta para toda a sociedade oprimida, apresentando soluções para as contradições, não apenas às existentes no campo mas de toda a sociedade civil.

Esta proposta vem mais bem elaborada em documento posterior redigido por João Pedro Stedile e tem o seguinte texto:

“O governo acaba de baixar uma medida provisória com grande estardalhaço na imprensa, anunciando novos critérios para o imposto territorial. A iniciativa é muito boa. O MST cumprimenta. Mas estamos desconfiados que o governo está muito mais interessado em fazer propaganda do que de fato cobrar os latifundiários. Os novos critérios que aumentam a taxaço das terras improdutivas é positivo. Mas o fato de permitir que o proprietário declare ele mesmo julgue quanto vale a sua terra, é uma armadilha. É evidente que o proprietário vai colocar o valor lá embaixo. É mesmo que a alíquota for alta, o

pagamento será pequeno. O governo argumenta que para efeito de desapropriação vai vigorar esse valor. Mas as desapropriações jamais atingirão a todos os 160 milhões de hectares que estão improdutivos. Por outro lado, se o proprietário quer vender sua terra para o Incra, ele vai fazer justamente ao contrário, vai colocar o preço da terra lá em cima, e aí quando for desapropriado será um verdadeiro prêmio. Como aliás já vem acontecendo em diversas regiões. O Governo anuncia que entrarão muitos recursos para a reforma agrária, fala em 400 milhões em 97 e até 1.6 bilhões em 1998. No entanto, no orçamento da União de 1997, o ministro Kandir, colocou uma receita de apenas 203 milhões de ITR. Por outro lado, os recursos de 97 do novo ITR serão cobrados apenas a partir de agosto de 97, ou seja, na verdade o Incra não disporá logo dos novos recursos”.

Depois de discutir temas conjunturais Stédile passa a analisar a posição do governo de Fernando Henrique Cardoso contrapondo a essa política o projeto do MST. Afirma no seu discurso político que “nós do MST temos duas divergências básicas com a política do governo FHC, uma vê a reforma agrária apenas como uma medida de política social para resolver conflitos sociais que envolve os excluídos com empregos na cidade ou com cestas básicas, então o governo se dispõe a

assentar 280 mil famílias em 4 anos. Mas, só isso! Alerta. Caso o MST conseguir organizar mais excluídos já seria uma provocação. Nós defendemos que na nossa sociedade existe ainda um grave problema agrário, que afeta a toda a população, especialmente a população que já está na cidade. Porque para resolver os problemas do desemprego, da fome, do êxodo rural, da marginalidade, é necessário realizar uma reforma agrária ampla, abrangente e que atinja milhões de pessoas.

O governo não aceita essa avaliação porque no seu projeto neoliberal não tem lugar para a agricultura, para um problema de desenvolvimento da produção voltada para as necessidades da população pobre. O plano do governo é modernizar de acordo com os interesses do capital estrangeiro e do capital financeiro. A economia vai crescer. Mas apenas para esses setores, e não em benefício da maioria da população.

A segunda, divergência básica é em relação as medidas concretas que o governo está tomando para resolver os conflitos de terras. Nós achamos que o governo apenas faz propaganda do quer fazer. Mas não faz. Às vezes por incompetência, às vezes por falta de prioridade política. Apenas como exemplo gostaria de relatar os compromissos que acordamos na audiência com o presidente da república em dois de maio passado, ou seja, há

seis meses. O presidente garantiu que iria dar prioridade aos assentamentos das famílias acampadas. Eram 37 mil na época. O Incra não priorizou e hoje são 52 mil famílias espalhadas em 168 acampamentos pelo país. O presidente garantiu que não faltariam recursos para a reforma agrária. O dinheiro do orçamento do Incra somente começou a ser liberado em setembro. E dos 243 milhões de reais para crédito da população nos assentamentos somente saíram 10 milhões, embora haja decreto presidencial. O presidente se comprometeu a mobilizar sua bancada para aprovar três leis fundamentais que agilizariam e resolveriam os conflitos de terra. Os três estão parados no Senado. O presidente se comprometeu a punir os responsáveis pelos massacres de Corumbiara e Carajás. Os processos estão parados e nenhum punido.

Como se pode ver o MST e os milhões de sem-terra acampados ou não têm motivos de sobra para serem devotos de S. Tomé, e só acreditarem no governo depois de verem”<sup>6</sup>.

É este discurso político do MST que difere de todos os ouvidos na nossa história social durante os levantes e protestos camponeses. Em primeiro lugar a mensagem política não vem mediada por nenhum símbolo ou forma definidora, mas, ao mesmo tempo, escamoteadora. Ela se afirma como uma proposta da transformação

da realidade social brasileira num caminho de desobediência civil, ou seja aproxima-se das posições revolucionárias.

Ao mesmo tempo procura articular um projeto nacional na base de unidade estrutural e dinâmica entre o rural e o urbano, o sem-terra e o sem-teto, o desempregado das favelas e o camponês sem-terra, entre o operário industrial e o assalariado agrícola.

Isto faz com que se procure articular politicamente o movimento através de um discurso abrangente, no qual todas e cada uma das categorias de trabalhadores se encontrem incluídas. Evidentemente que este discurso ainda não se apresenta como um projeto de um novo modelo de reorganização da sociedade brasileira, mas já configura um pensamento político nessa direção.

O perigo do MST se descaracterizar ao entrar em alianças é justamente o oportunismo eleitoral. Na medida em que esses partidos que procuram alianças abandonam as posições radicais e caem em posições moderadas e/ou oportunistas vão procurando se apoiar naqueles movimentos que para a sociedade civil representam os anseios de mudança política. Se esses movimentos deixarem-se envolver e serem conduzidos pelas frações oportunistas desses partidos eles também se deformam e após algum tempo o processo corruptor interno e externo



atinge-os e eles se transformam em mais uma frustração política do povo.

O exemplo do PT é ilustrativo. Quando ele surgiu passou a representar o novo na vida política brasileira. Acusado de fechado, sectário, até de subversivo, foi exatamente por aí que ele adquiriu personalidade e ficou excluído do julgamento negativo que a sociedade civil faz dos demais partidos políticos. Hoje já se diz que são farinha do mesmo saco. O PT é julgado pela opinião pública no mesmo nível dos demais partidos burgueses. Ele não é mais acusado por xiita, sectário ou subversivo, mas por também ser mau administrador, corrupto e oportunista. A mudança nos valores através dos quais a sociedade civil julga o PT se inverteram. E a tendência tende a se agravar à medida que as alianças eleitorais forem descaracterizando cada vez mais o seu perfil de partido dos trabalhadores.

Se as lideranças do MST não se deslumbrarem com a miragem parlamentar e continuarem nas suas posições de independência e dinamismo social e organizacional, poderão ser uma força que aliada às correntes revolucionárias do Brasil tentarão (e possivelmente conseguirão) dar uma virada histórica na estrutura da sociedade brasileira.

Cem anos depois da destruição de Canudos, os trabalhadores brasileiros dos campos e das cidades enfrentam ainda o problema mais relevante para

se conseguir a modernização (e falamos em modernização social e não tecnológica) das relações quase coloniais da estrutura da sociedade brasileira: a reforma agrária.

## Notas

<sup>1</sup> Op. Cit. págs. 22-23.

<sup>2</sup> Stedile, João Pedro e Frei Sérgio: A luta pela terra no Brasil, Ed. Scritta, SP, 1993, págs. 1-22.

<sup>3</sup> Stedile, João Pedro e Frei Sérgio. Op. Cit. pág. 23.

<sup>4</sup> Op. Cit. pág. 30.

<sup>5</sup> Op. Cit.

<sup>6</sup> Stedile, João Pedro: O ITR e a verdadeira reforma agrária, in Princípios, n.º. 45, maio/junho/julho 1997, São Paulo.

# Anexo I

Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania

As entidades reunidas na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania nos dias 2, 3 e 4 de abril de 1997, em Brasília, analisando a situação de crise social por que passa o Brasil, decidem tornar pública a sua avaliação e convocam o conjunto da sociedade brasileira a unificar a sua força e riquíssima capacidade de inovação social e mobilização. Nosso objetivo é a promoção de novos direitos e a defesa dos direitos sociais e políticos conquistados nas últimas décadas, hoje em

processo de desmonte pelo autoritarismo inerente ao projeto neoliberal do Poder Executivo.

Mesmo com a resistência oferecida pelas organizações dos trabalhadores, aumentam preocupantemente o desemprego, o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho. Excluídos do mercado formal de trabalho e sem qualquer política de geração de emprego, contingentes crescentes são forçados a engrossar o mercado informal, sem garantias de remuneração, aposentadoria e outros direitos sociais. Em consequência dessa política que promove a exclusão, cresce a miséria no campo e na cidade, agravada pela criminalidade e violência que se abatem sobre o povo brasileiro. A cada dia, há, inclusive, nas grandes cidades, um número maior de homens, mulheres e crianças vivendo nas ruas.

Outra face desta política de destituição dos direitos sociais é o desmonte do Estado no atendimento de políticas universais nas áreas de saúde, educação, previdência, habitação, assistência social e outras. A sociedade brasileira vê envergonhada o ressurgimento de doenças endêmicas, a gravidade das altas taxas de mortalidade infantil, o abandono de nossos idosos e os milhões de analfabetos relegados à condição de marginalidade.

Enquanto o governo federal propagandeia a existência de um Programa Nacional de Direitos Humanos, a mídia anuncia o crescimento da violência policial. A prostituição e o turismo sexual, o exter-

mínio de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho escravo e infantil continuam sendo motivo de denúncias tanto no Brasil como no Exterior.

A juventude, mesmo com a luta de suas entidades estudantis e juvenis, se vê cada vez mais privada do emprego e da educação, sofrendo a ameaça de ter a universidade e o ensino técnico públicos privatizados. Sem perspectiva futura, ela vê-se assediada pelo narcotráfico e pelos valores assimilados da violência crescente em nossa sociedade.

Aprofunda-se o processo de feminização da pobreza, ainda mais acentuado entre as mulheres negras. Configura-se um quadro de maiores desigualdades para as mulheres nas suas condições de vida, acesso ao trabalho e ao ensino. A maternidade não é tratada como questão social e inexistem creches e escolas em período integral. As mulheres continuam sendo vítimas de violência na sociedade e na família. A população negra é duramente atingida pelo processo de apartação em curso, responsável pela ampliação do racismo, da exclusão e marginalização desse segmento populacional. Nesse caldo de cultura, ganham força o fundamentalismo religioso, a xenofobia e o racismo.

Seguindo a política de exclusão e massacre promovida pelos governos anteriores (Carandiru, Viário Geral), em dois anos de governo FHC a sociedade testemunhou os massacres de trabalhadores rurais sem-terra, em Corumbiara (RO) e Eldorado

do Carajás (PA), até hoje impunes, como os anteriores, e agora a ignominiosa violência policial praticada pela Polícia Militar de S. Paulo na cidade de Diadema.

Abandonados pelo governo em acampamentos à beira de estradas, os sem-terra reafirmam a vitalidade de seu movimento na marcha de milhares de quilômetros a Brasília para cobrar medidas efetivas de reforma agrária. Agricultores familiares vivem em permanentes dificuldades e muitos perdem suas terras por causa da falta de crédito e financiamento. Diante desta realidade trabalhadores e trabalhadoras rurais se mobilizam em defesa da terra, agricultura familiar, emprego, salário e seguridade social para o campo nas ações do Grito da Terra Brasil.

Os povos indígenas, vítimas seculares da opressão e da exploração, encontram-se numa intolerável situação de abandono e de um continuado processo de espoliação de suas terras. A política indigenista do governo agride direitos históricos povos indígenas e favorece a lógica dos predadores dos recursos naturais. As comunidades negras rurais estão se organizando e lutando para fazer valer o direito constitucional dos Remanescentes de Quilombos à propriedade de suas terras.

Aumentam as desigualdades regionais aprofundando as injustiças sociais nas regiões Norte e Nordeste. Da mesma forma, o governo ignora as

pressões sociais em defesa do meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. São nessa perspectiva a Lei de Patentes, a Lei de Cutivares, a retomada das Usinas Angra 2 e 3, a falta de políticas públicas coerentes para a Amazônia, o esvaziamento do Conama e o não cumprimento dos acordos assumidos na ECO-92.

O governo impõe maiores sacrifícios ao povo para garantir a estabilidade da moeda e o plano de integração subordinada do Brasil ao mercado global. As precárias bases da estabilização monetária, o aumento das dívidas interna e externa, e a busca do equilíbrio fiscal em detrimento exclusivo dos direitos sociais são algumas das questões subtraídas à participação democrática da sociedade pelo autoritarismo da gestão econômica.

A prioridade deste governo é voltada apenas aos banqueiros, latifundiários, grandes empresários e investidores internacionais. O Proer, que já gastou mais de R\$ 20 bilhões em socorro do sistema financeiro, o não pagamento da dívida dos grandes latifundiários e usineiros junto ao Banco do Brasil e a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às empresas transnacionais são exemplos dos interesses defendidos pelas políticas de Governo.

O sucateamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, a privatização das telecomunicações, do setor energética e sua decisão de privatizar

a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras são atentados à soberania nacional, privando o País de instrumento de política econômica essenciais ao desenvolvimento sustentável.

Para atender aos interesses das elites, Fernando Henrique Cardoso governa por Medidas Provisórias, fere a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, demonstradas, entre outros atos, pela aprovação da emenda casuística e golpista da reeleição. Sua vontade imperial se afirma na imposição de uma política antisocial que fere os direitos e os interesses do povo brasileiro, propondo inclusive uma reforma política restritiva e antidemocrática. No plano das relações internacionais, FHC se submete aos programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional e interesses do capital especulativo e financeiro.

Os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicais, estudantis, personalidades que apresentam suas críticas ou reivindicações, são recebidos não apenas com a insensibilidade característica do governo FHC, como são obrigados a enfrentar pesados ataques que visam destruir as organizações sociais, especialmente as dos trabalhadores e do movimento popular.



As lutas democráticas pelas eleições diretas, pela inscrição de novos direitos na Constituição de 88, pelo *impeachment* de Fernando Collor, pela Ética na Política, são expressão da vontade e da mobilização do nosso povo por um Brasil mais justo e pela dignidade cidadã.

Diante desta situação, deliberamos pela convocação à mobilização da sociedade brasileira e para isso propomos a construção de uma política unitária de nossas organizações em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania.

É por meio de uma ampla mobilização social que conseguiremos resistir à ofensiva neoliberal do governo FHC. Essa resistência se articula na luta concreta por políticas públicas que atendam às demandas do povo brasileiro. Nossas energias se dirigem neste momento às mobilizações por Reforma Agrária Já, Reforma Urbana, Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução Salário, Contra a Privatização da Vale, Defesa do Sistema Único de Saúde, Por uma Política de Habitação Popular, Defesa da Educação Pública e Gratuita, pela implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Desde já, as campanhas nacionais na defesa de direitos se contrapõem à agenda neoliberal postas na ordem dia pelo Governo e, sabemos, requerem um amplo apoio e sustentação do conjunto da nossa sociedade.

As entidades e partidos integrantes da Conferência assumem o compromisso de fortalecer e impulsionar as lutas dos trabalhadores, somando as iniciativas em torno a uma agenda de mobilizações sociais.

Assumimos também o compromisso da realização de um Encontro Nacional Democrático e Popular, com a participação de entidades populares de base, no segundo semestre deste ano, bem como a permanência desta articulação entre as entidades do movimento democrático e popular que fortaleça a luta contra o neoliberalismo. O Encontro será precedido de Conferências Regionais que reproduzam o debate dos temas apontados nesta Carta e organizem as Campanhas Nacionais.

O movimento popular e democrático tem diante de si o desafio de retomar os ideais libertários e de justiça social, resgatar a esperança e reforçar a solidariedade.

Brasília, 4 de abril de 1997

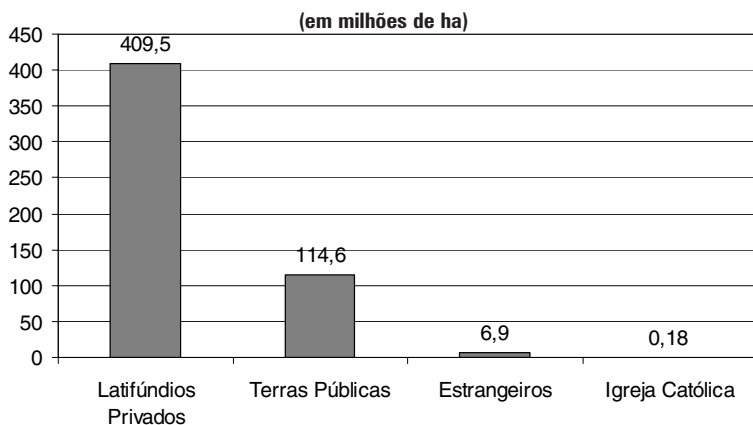
CUT – ABONG – CMP – CONTAG – MST – CNBB – UNE – UBES – CONAM – COBAP – UJS – UBM – MAB – LAC – FASE – IBASE – CONE – CEPEL – Instituto Cidadania – Pastoris Sociais – Ação da Cidadania (SP/MS) – Rede Unitrabalho – Instituto Ecoar – Fórum Nacional Pela Reforma Urbana – Fórum de ONGs Pelo Meio Ambiente – PT – PCdoB – PSTU.

# **Anexo II**

## **Gráficos e Estatísticas**

## Quadro 1

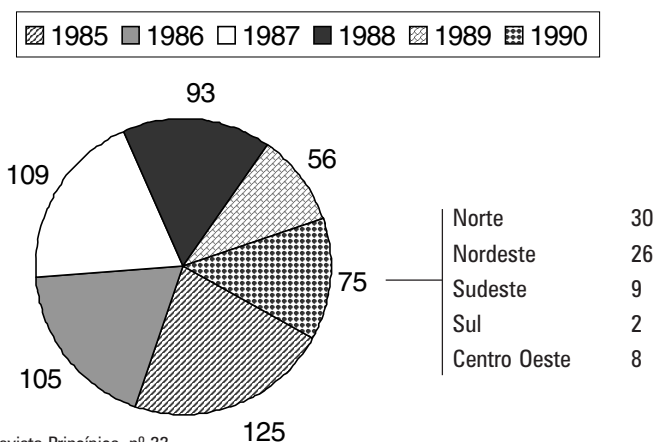
### Comparação entre os maiores latifúndios do Brasil



Fonte: "O debate da Proposta do I PNRA da Nova República", José Gomes da Silva, Incra, 1995, Brasília. Publicado em "Alguns pontos de discussão sobre a questão da Reforma Agrária: o caso do Brasil".

## Quadro 2

### Assassinatos (1985-90) conflitos de terra no Brasil



Fonte: Revista Princípios, nº 22

# Quadro 1A

## OS MAIORES LATIFUNDIÁRIOS DO BRASIL

*A soma da área dos 27 maiores latifúndios do país equivale à do Estado de São Paulo.*

### Relação dos maiores detentores de terras e latifúndios por dimensão

Nome	Município	Área (ha)
MANASA - Madeireira Nacional S/A	Lábrea - AM e Guarapuava - PR	4.140.767
Jari Florestal e Agropecuária Ltda	Almerim - PA	2.918.892
APUB - Agroflorestal Amazônia	Jutai e Carauari - AM	2.194.874
Cia. Florestal Dourado	Alerim e Magazão - PA	1.682.227
Cia. de Desenvolvimento do Piauí	Castelo do Piauí, São Miguel do Tapulo, Pimenteirras, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti, Floriano, Ribeiro Gonçalves e Urucaú - PI	1.076.752
Cotriguçu Colonizadora do Aripuanã S/A	Aripuanã - MT	1.000.000
João Francisco Martins Barata	Calcoene - AP	1.000.000
Manoel Merinões de Queiroz	Manoel Urbano - AC	975.000
Rosa Lima Gomes Amora	Lábrea - AM	901.248
Pedro Aparecido Dotto	Manoel Urbano e Sena Madureira - AC	804.888
Albert Nicola Vitali	Formosa do Rio Preto - BA	795.575
Antonio Pereira de Freitas	Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Estirão do Equador - AM	704.574
Malih Hassan Elmaddla	Itamarati - AM	661.173
Moraes Madeiras Ltda	Itamarati e Carauari - AM	656.794
INDECO S/A-int.	Alta Floresta, Aripuanã e Diamantino - MT	615.218
Desenvolvimento e colonização	Carauari - AM	587.883
Mário Jorge Medeiros de Moraes	Magazão - AP	540.613
Agroindustrial do Amapá S/A	Sandovalina - SP, Feijó AC, Envira - AM e Navirai - MS	460.406
Francisco Jacinto da Silva	Auxiliadora e Manicoré - AM	452.000
Plínio Sebastião Xavier Benfica	Carutapera - MA	448.000
Cia. Colonizadora do Nordeste	Pirajuí SP e Feijó - AC	436.340
Jorge Wolney Atala	Surunduri - AM	432.119
Jussara Marques Paz	Borba - AM	432.119
Adão Medeiros Paz	Pauimi e Boca do Acre - AM e Feijó - AC	423.170
Adalberto Cordeiro e Silva	Canamari AM e Cruzeiro do Sul - AC	406.121
Romulo Bonalumi	Formosa do Rio Preto - BA	406.000
União de Construtoras S/A	Itaituba - PA	398.786
Mapel Marochi Agrícola e Pecuária Ltda		25.547.539
<b>TOTAL</b>		<b>25.547.539</b>

Fonte: cálculos, tabulação e idealização do engenheiro agrônomo Carlos Lorena a partir de dados do Inera. Publicado em "Alguns pontos de discussão sobre a questão da Reforma Agrária: o caso do Brasil".

## Quadro 3

### Conflitos de Terra por Regiões em 1991

	<b>Conflitos de terra</b>	<b>Assassinatos</b>	<b>Ameaça de Morte</b>	<b>Tent. de assassinato</b>
Norte	104	171	102	42
Nordeste	157	23	129	26
Centro-Oeste	38	1	4	3
Sudeste	24	2	9	6
Sul	60	6	9	19

Fonte: CPT Nacional

## Quadro 4

### Quadro comparativo-conflitos no campo (1985-91)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Conflitos de terra	636	643	582	621	500	401	383
Assassinatos	125	105	109	93	56	75	49
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533	191.550	242.196
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722*
<b>Conflitos trabalhistas</b>							
Número de conflitos	76	95	109	59	66	47	43
Assassinatos	14	17	24	9	9	4	5
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	366.069	307.123
<b>Total de conflitos</b>							
Número de conflitos	712	729	691	680	566	448	426
Assassinatos	139	122	133	102	65	79	54
Pessoas envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513	557.619	549.319
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722*

\*Em 1991, não consideramos os 6 milhões de hectares referentes à área indígena lanomami em Roraima.

Fonte: CPT

## Quadro 5

### Assassinatos e prisões de trabalhadores rurais no Brasil (1990 a 1992)

Estados	Ano					
	Trabalhadores assassinados			Lideranças do MST presas		
	90	91	92	90	91	92
Acre	02	-	01	-	-	-
Alagoas	01	-	01	-	-	-
Amazonas	01	01	-	-	-	-
Bahia	11	08	01	03	02	06
Ceará	01	-	-	02	-	-
Espírito Santo	01	-	01	05	10	05
Goiás	01	01	-	-	-	02
Maranhão	08	06	07	08	02	07
Minas Gerais	03	02	03	15	-	-
Mato Grosso	09	01	01	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	02	02	-	12	62
Pará	20	16	09	-	07	-
Paraíba	01	01	04	-	-	-
Paraná	02	04	03	01	04	-
Pernambuco	02	01	01	04	-	-
Piauí	01	01	01	04	-	-
Rio de Janeiro	06	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	01	02	-	05	-	05
Rio Grande do Sul	-	01	01	04	11	-
Rondônia	02	01	01	-	-	04
Santa Catarina	-	01	-	07	11	07
São Paulo	01	-	-	-	-	09
Sergipe	-	-	01	-	-	-
Tocantins	02	01	01	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>76</b>	<b>50</b>	<b>39</b>	<b>58</b>	<b>59</b>	<b>107</b>

Observação: Durante 1992, houve mandato judicial de prisão preventiva, que não conseguiram se efetuar, contra 28 trabalhadores rurais: SC, 3; MS, 18; SP, 7.

Fonte: MST, CPT e Departamento rural da CUT